



129000891



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

TCC/UNICAMP Sca63m

Instituto de Economia



MONOGRAFIA :

MERCADO DE TRABALHO E CRISE: UM ESTUDO COMPARATIVO

ENTRE AS RECESSÕES DE 1981-1983 E 1990-1991

NA GRANDE SÃO PAULO

ALUNO: José Gilberto Scandiucci Filho

Assinado

Orientador: Prof. Carlos Américo Pacheco

VISÃO:

Carlos Américo

ORIENTADOR:

02/12/91

BANCA:

[Signature]

Novembro - 1991

Prof. Cândido Dedecora

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO 1.....	4
1. Trajetória Demográfica e Modificações Espaciais na Indústria do Estado de São Paulo na Década de 1970	13
2. Trajetória Demográfica e Modificações Espaciais na Indústria do Estado de São Paulo na Década de 1980	17
3. O Desempenho do Setor Serviços	21
CAPÍTULO 2	26
1. Desempenho da Indústria de Transformação Frente aos Outros Setores na Grande São Paulo	33
2. Ajustes do Mercado de Trabalho Industrial na Grande São Paulo: 1981-1983 "versus" 1990-1991 .	38
2.1. Estudo Comparativo Desagregado (Gêneros In- dustriais)	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
BIBLIOGRAFIA	67
APÊNDICE	70

APRESENTAÇÃO

Qualquer análise, ainda que superficial, do desempenho da economia brasileira desde a constituição de um mercado interno efetivamente capitalista até os dias atuais não pode deixar de notar a reversão que o decênio de 1980 e o início dos anos 1990 representam no movimento histórico geral de crescimento dessa mesma economia. Com efeito, a triste constatação é que, do ponto de vista da evolução do produto, tal período pode ser denominado como "década perdida".

Quando se analisa os dados com uma maior atenção, observa-se que em dois períodos a renda nacional retraiu em termos absolutos, caracterizando-os como RECESSÕES propriamente ditas: entre 1981 e 1983; e de 1990 até a elaboração da presente pesquisa. A magnitude e a profundidade dos efeitos sócio-econômicos dessas crises jamais haviam sido constatadas anteriormente na história de nosso país.

Desde já, algumas características comuns podem ser observadas em ambas as recessões - características, aliás, previsíveis. Por um lado, a indústria de transformação foi, efetivamente, o setor sobre o qual recaíram os efeitos mais perversos das crises; por outro lado, também é comum o

acentuado impacto que tais períodos promoveram sobre a Região Metropolitana de São Paulo.

Formular um estudo comparativo, portanto, entre as recessões de 1981-1983 e 1990-1991 na Grande São Paulo, em especial no setor industrial, aparece como uma questão relevante. Nestes termos, a presente pesquisa aborda os efeitos, nos períodos e região acima citados, dessas recessões sobre o mercado de trabalho, uma vez que a questão do emprego sempre suscitou diversos debates nos meios acadêmicos brasileiros.

É importante, pois, em primeiro lugar, oferecer uma breve análise do movimento conjuntural da economia naqueles períodos. O Capítulo 1 objetiva cobrir este tema, além de apontar a natureza da "questão demográfica" da Grande São Paulo e a posição da indústria metropolitana de São Paulo no contexto nacional. O objetivo seria situar o leitor no panorama mais amplo para uma posterior análise do movimento do mercado de trabalho dentro da Grande São Paulo.

Esse último movimento é apresentado no Capítulo 2. A partir da análise dos dados fornecidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE e, principalmente, pelos índices conjunturais da FIESP, é possível tecer algumas conclusões. Procurou-se verificar,

por um lado, como se alterou a posição do emprego na indústria de transformação frente aos outros setores e, por outro, de que modo reagiram os diferentes gêneros industriais da metrópole paulista nos períodos recessivos da economia.

Finalmente, cabe acrescentar que a elaboração da presente pesquisa teria sido impossível sem o auxílio, na coleta de dados, de Alda Regina Ferreira de Araújo, do Centro de Conjuntura do Instituto de Economia da UNICAMP. E, é claro, sem o estímulo (e a paciência) do Prof. Carlos Américo Pacheco, o qual, com seriedade, buscou orientar da melhor forma possível a elaboração deste trabalho.

CAPÍTULO 1

Entre os anos de 1956 e 1962, o Brasil concluiu o seu processo de industrialização pesada, apresentando, ao final do período, pela primeira vez em sua história, uma relativa articulação entre os macrosetores da economia e entre os diversos segmentos da indústria(1). Os anos seguintes, como é de se esperar após uma onda de inovações, são anos de crise econômica, à qual, no Brasil, somou-se instabilidade política, o que iria culminar no golpe de Estado de 1964.

A equipe econômica que assume naquele ano (sob a chefia de Campos e Bulhões) inicia um processo de estabilização e reformas, incluindo a reorganização dos sistemas financeiro, fiscal e tributário. A correção monetária é instituída, em conjunto (mais tarde) com a política de minidesvalorizações cambiais. Toda essa reordenação da estrutura econômico-financeira foi fundamental para a posterior explosão do crescimento do produto(2).

(1) O que se quer ressaltar é que o setor de bens de capital liderou, juntamente com as atividades produtoras de bens de consumo duráveis, o crescimento do período, internalizando os mecanismos de aceleração e desaceleração associados com movimentos cíclicos. Entretanto, convém ainda destacar que: i) "não obstante o avanço obtido, não se chegou a 'completar' a internalização de um 'Departamento I' na economia"; e ii) "com relação aos bens intermediários, cabe assinalar que, ao final do do ciclo, havia importantes insuficiências de oferta", SERRA, J. "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra", in: BELLUZZO, L.G.M. e COUTINHO, R. (org.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Ensaio sobre a Crise, São Paulo, Brasiliense, 1981, pp. 77-78.

Os últimos anos da década de 1960 e os primeiros anos da década de 1970, de fato, apresentaram taxas extraordinárias de crescimento da renda, sobretudo no setor industrial, como demonstra a tabela I.1. Por outro lado, o Brasil atrela sua estratégia de desenvolvimento ao financiamento externo e acelera-se o processo de concentração da renda, com a abertura do leque salarial e a contenção dos salários de base (tabela I.2). O "milagre" apresentou, na verdade, o auge de um ciclo que apresenta "problemas de realização dinâmica"(3), sem se desprezar que tal auge coincidiu com o "big boom" internacional.

A partir de 1974, quando os efeitos de desaceleração da economia mundial fazem-se sentir, a crise nacional é retardada pela intervenção do setor público: o governo opta pela estratégia do II PND, a fim de instalar, de forma definitiva, o setor de bens de produção. O importante também a ressaltar aqui é que a estratégia acima (1974-1978) visou à desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo, levando o setor produtivo para

(2) Sempre vale lembrar, entretanto, que tal período apresentou uma das maiores quedas, em termos reais, dos salários de base, acelerando o processo de concentração de renda no país.

(3) A expressão está em: CARDOSO DE HELLO, João Manuel e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello "Reflexões sobre a Crise Atual", em Desenvolvimento Capitalista no Brasil, op. cit. Ainda: "(...) os elementos responsáveis pelo 'salto da frente' e pelo crescimento rápido do setor [de consumo duráveis] tendem a um esgotamento progressivo, desfalecendo em curto período o ritmo de crescimento da demanda, sem que isso signifique uma queda da taxa de acumulação interna das empresas. Não é preciso dizer que a assincronia entre os ritmos de crescimento da demanda e da taxa de acumulação da indústria de duráveis determina uma ampliação das margens de capacidade ociosa, o que mais cedo ou mais tarde deprimirá a rentabilidade esperada de novos investimentos, passando a indústria a enfrentar uma crise de realização dinâmica, isto é, a ter um potencial de acumulação superior a sua capacidade de crescimento efetivo" (p. 152).

TABELA I.1
 TAXAS MEDIAS GEOMETRICAS ANUAIS DE CRESCIMENTO
 BRASIL - 1955-1980

PERIODO	PIB	AGRIC.	IND.	CONST. CIVIL
1955-62	7.1	4.5	9.8	5.1
1962-67	3.2	1.7	2.6	(2.8)
1967-73	11.2	4.7	12.7	10.9
1973-80	7.1	5.2	7.6	8.7

FORTE: Contas Nacionais, FGV.
 in: SERRA, Jose. "Op. cit.", p. 58 .

TABELA I.2
 DISTRIBUICAO DE RENDA (POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA)
 BRASIL - 1960/1970/1980

PERCENTIS	1960	1970	1980
20 -	3.9	3.4	2.8
50 -	17.4	14.9	12.6
10 +	39.6	46.7	50.9
5 +	28.3	34.1	37.9
1 +	11.9	14.7	16.9

FORTE: Dados Basicos do IBGE
 in: SERRA, Jose . "Op. cit.", p. 64 .

outras localidades, e não somente retardou a manifestação mais aguda da crise, mantendo-se o nível de atividade e de emprego(4).

Ao final da década, devido ao agravamento do contexto internacional e da situação financeira do Estado, iniciam-se as políticas de ajustamento à crise, que iria culminar nos anos de 1981-1983(5).

É importante desenvolver um pouco mais este processo. No segundo semestre de 1979, o então ministro A. Delfim Netto tentava implantar uma "política heterodoxa" como forma de combate à inflação, sem interromper o processo de crescimento. Com esse discurso, o ministro reduz as taxas de juros e os depósitos compulsórios sobre importações, implanta um sistema de controle de preços e desvaloriza a moeda nacional em 30%.

Entretanto, a redução da taxa de juros, ao invés de incentivar o esperado "boom" da economia, acabou por criar um movimento especulativo em mercados paralelos. Tal fato ainda agravou o problema do financiamento do Setor Público, ao se dificultarem os empréstimos ao Estado.

(4) Ainda que às custas do agravamento dos programas de endividamento externo e interno.

(5) Entre 1980 e 1983, o produto interno do país caiu 7,1%; na indústria, a queda foi ainda mais significativa: 14,1%. Ver tabela I.3.

TABELA I.3

INDICES ANUAIS DE VARIACAO DO PIB A PRECOS CONSTANTES, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE

BRASIL - 1980-1990

(1980 = 100)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Primario	100.00	107.97	107.44	106.82	110.42	121.42	111.68	128.40	129.48	133.17	129.21
Secundario	100.00	91.15	91.17	85.84	91.51	99.08	110.73	111.90	109.08	112.14	103.84
Ind. de Transformacao	100.00	89.62	89.46	84.23	89.42	96.88	107.83	108.85	105.14	108.14	98.76
Const. Civil	100.00	93.94	92.01	79.17	79.87	84.67	100.24	101.37	98.27	101.59	93.11
Terciario	100.00	97.77	99.73	98.94	103.03	109.70	119.75	122.64	125.47	130.33	129.45
Comercio	100.00	93.83	94.15	90.40	93.96	102.92	108.74	111.48	108.47	111.74	105.18
Transportes	100.00	98.27	100.05	97.85	102.07	108.84	121.08	126.62	131.96	137.00	133.17
TOTAL	100.00	95.61	96.16	92.88	97.78	105.55	113.56	117.67	117.56	121.44	116.54

FONTE: IBGE

Concomitantemente, os E.U.A. resolvem manter sua política de valorização do dólar e elevação das taxas de juros. As reservas brasileiras reduzem-se acentuadamente e os credores passam a desconfiar da capacidade de o Brasil saldar a dívida. Esses fatos todos contribuem para uma pressão ao ajuste externo brasileiro - de fato, em 1980, o ministro reverte sua postura e aplica medidas claramente ortodoxas. "É preciso compreender que os banqueiros têm uma visão imediatista de sua atividade: diante de um país sem condições de cumprir regularmente os compromissos, instintivamente tentam diminuir seu risco, racionando a concessão de novos recursos. E buscam atingir este objetivo compelindo o devedor a cobrir uma parcela crescente dos juros devidos através de 'superávits' também crescentes na balança comercial"(6).

Dentre aquelas medidas, cabe destacar: a diminuição do grau de liquidez na economia e dos gastos públicos, a elevação da taxa de juros, o ajuste fiscal e tarifário e a liberação dos preços. Por outro lado, mantêm-se os incentivos às exportações, como forma de solucionar a crise cambial.

É nesse momento que o país é jogado numa crise propriamente capitalista, em todos os seus sentidos, que

(6) CARDOSO DE MELLO, João Manuel e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. FMI x Brasil: A Armadilha da Recessão, Forum Gazeta Mercantil, 1982, p. 10.

iria durar até 1983. Em 1982, é bem verdade, há uma atenuação da política recessiva, principalmente por ser um ano eleitoral. Mas, no ano seguinte, a intensificação de medidas vai acelerar o processo da crise, com conseqüências (inclusive sociais) dramáticas.

Entre 1983 e 1987, "a variação do produto viria refletir a recuperação econômica patrocinada inicialmente pelas exportações e reforçada pela conjuntura do Plano cruzado"(7), e o PIB volta a crescer, na média de 5,9% ao ano. Finalmente, ao final da década, a aceleração inflacionária combina-se com a estagnação econômica, encerrando uma década com resultados medíocres para o País.

Em 1990, a implantação do plano de estabilização do governo Collor mergulha o Brasil em nova recessão: "(...) Inegavelmente, o País empobreceu ainda mais em 1990. O declínio de 4,6% do PIB afetou, em particular, a indústria de transformação (-9,5%), enquanto a agropecuária conheceu uma retração de 4,41% e os serviços permaneceram estagnados, apresentando um ligeiro declínio de 0,71%. Com isso, a renda 'per capita' dos brasileiros caiu 6,54%, situando-se no mesmo nível que havia atingido em 1981 e confirmando o estigma de década perdida"(8).

(7) DEDECCA, Cláudio S. e PACHECO, Carlos Américo. Emprego e Crise: Uma Avaliação das Transformações na Estrutura Ocupacional do Estado de São Paulo, durante a Década de 1980. Campinas, 1990, mimeo. p. 2.

Após abandonar certas medidas de cunho heterodoxo, entre março e abril de 1990, a equipe econômica desenvolveu com clareza uma estratégia recessiva como forma de combate à inflação, orientando-se para a redução da demanda interna e adoção de políticas fiscal e monetária restritivas.

Em janeiro de 1991, após o fracasso da tentativa inicial, é lançado o "Plano Collor II", que novamente recorria ao congelamento de preços e salários. Entretanto, "(...) o Plano trouxe implícito em sua estratégia o aprofundamento da recessão. É nessa perspectiva que também se entende a severidade do pacote fiscal no corte de gastos de investimento e de custeio, a opção pela manutenção de uma política monetária apertada e a materialização das perdas salariais passadas acompanhada de uma política salarial altamente desfavorável aos trabalhadores"(9).

Sintetizados esses movimentos da economia brasileira, principalmente de 1980 a 1991, pode-se adentrar no objetivo da presente pesquisa, qual seja o estudo comparativo entre as recessões de 1981-1983 e 1990-1991 para a indústria de transformação da Grande São Paulo. Antes, entretanto, é importante reter a forma através da qual a economia daquela região metropolitana, como um todo, ajustou-se a tais movimentos, para somente depois

(8) OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. "A Política Econômica da Recessão", in A Economia Brasileira em Preto e Branco, (versão preliminar), CECOM, Campinas, mimeo, 1991, p. 2.

(9) *Idea*, p. 28.

adentrarmos nos ajustes dentro da indústria metropolitana. Em outras palavras, convém agora analisar como se comportaram as atividades da Grande São Paulo em relação à dinâmica nacional, e mais particularmente, ao interior do Estado de São Paulo. Tal análise deve reter, num estudo sobre o mercado de trabalho, tanto a trajetória demográfica quanto as modificações espaciais da indústria nesta região.

1) TRAJETÓRIA DEMOGRÁFICA E MODIFICAÇÕES ESPACIAIS NA INDÚSTRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1970

A década de 1970 assistiu a uma intensificação do processo de urbanização brasileira, com as regiões metropolitanas do país aumentando suas participações em relação ao total de habitantes de seus respectivos Estados. Um dos principais fatores deste processo foi o aumento das taxas de migração, fruto da modernização do campo e da concentração da estrutura fundiária. São anos de multiplicação do número de cidades médias e grandes, e de consolidação das Regiões Metropolitanas.

A Grande São Paulo é característica deste processo - para lá dirigiu-se a grande maioria dos migrantes com destino ao Estado de São Paulo, o qual, por seu turno, é o principal Estado receptor de migrantes. Entretanto, duas observações são importantes, referentes a tendências que começam aqui a se manifestar (embora iriam se tornar mais

explícitas na década seguinte). Em primeiro lugar, o Entorno de Metrópole começa a ganhar espaço frente ao Município de São Paulo. Embora os migrantes recém-chegados continuem dirigindo-se, de início, à Capital, a periferia começa a absorver migrantes que já permaneceram algum tempo no Município de São Paulo. Em segundo lugar, as migrações começam a se dirigir aos centros urbanos do interior do Estado, que surgem como núcleos de absorção de mão-de-obra.

De qualquer forma, a Região Metropolitana de São Paulo apresentou forte elevação da população, embora i) as taxas fossem menores que as da década de 1960; ii) o interior entorno da Metrópole iniciasse um processo de aumento de sua participação frente ao Município de São Paulo.

Quanto às modificações espaciais, fruto (apenas em parte) da estratégia do II PND, cujas diretrizes incluíam a desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo em favor do resto do país(10), a indústria paulista perde participação relativa frente ao total nacional (Tabela I.4), embora não tenha declinado em termos absolutos. Muito pelo contrário, foram expressivas as taxas de crescimento da indústria paulista, que também apresentou um processo de modernização e diversificação intenso.

(10) Sobre as razões da "interiorização" da indústria em São Paulo, ver as pesquisas intituladas "São Paulo no Limiar do Século XXI" de coordenação do Prof. Wilson Cano.

TABELA I.4

PARTICIPACAO DE SAO PAULO E SUAS REGIOES NO PRODUTO INDUSTRIAL DO BRASIL

Valores em Porcentagem

ESTADO DE SAO PAULO E SUAS PRINCIPAIS REGIOES	PARTICIPACAO DE SAO PAULO NO PRODUTO INDUSTRIAL DO BRASIL				
	1959	1970	1975	1980	1987
Estado de Sao Paulo	55.6	56.2	55.9	53.4	51.0
Regiao Metropolitana de Sao Paulo	41.0	43.5	38.9	33.6	30.6
Município de Sao Paulo	30.5	28.0	24.6	18.6	15.4
Demais Municipios da RMSP	10.5	15.5	14.2	15.0	15.2
Interior de Sao Paulo	14.6	14.7	17.1	19.8	20.4
Regiao de Campinas	5.0	6.1	8.4	8.6	9.0
Regiao do Vale do Paraíba	1.1	1.9	2.3	2.9	3.4
Regiao de Ribeirao Preto	1.8	1.7	1.7	2.3	2.7
Regiao de Sorocaba	1.8	1.8	1.8	2.2	2.8
Demais Regioes	4.9	3.7	3.4	3.9	3.5

FONTES: (1) FIBGE : Censos Industriais - 1959, 1970, 1975 e 1980.

(2) Secretaria da Fazenda do Estado de Sao Paulo: Tabulacao Especial do Valor Adicionado da Ind. de Transformacao - 1987

in: ARAUJO, Maria F. e PACHECO, Carlos A. " Cenarios da Urbanizacao Paulista ", Campinas, 1990, mimeo., cap. II.

Aliás, o próprio crescimento do interior do Estado consolida a Região Metropolitana de São Paulo como principal centro do país, quer industrial, quer comercial, quer (ainda) cultural. Entre os fatores de que dispunha o interior para explicar o seu excelente desempenho, estão(11):

- uma rede urbana moderna e adequada ao Setor Terciário;
- altos investimentos governamentais para instalação de infra-estrutura no interior (energia, estradas de rodagem ...);
- investimentos públicos diretos, como pólo petroquímico de Cubatão, refinarias em Paulínia e em São José dos Campos; e
- desenvolvimento das instituições públicas de Ensino e Pesquisa já instaladas ou que se instalarem nesses anos no interior de São Paulo.

Há que se falar, ainda, do desenvolvimento da agricultura nesta Região, com a produção sucroalcooleira (PROALCOOL) e de exportáveis (frutas, laranjas e soja). As causas relacionam-se às políticas de crédito e incentivo às exportações, além da elevação da intensidade de utilização

(11) Em NEGRI, Barjas. A Indústria de Transformação do Estado de São Paulo 1970-1989. Campinas, 1990, mimeo.

de maquinário. Assim, consolida-se a atividade agroindustrial (beneficiamento, concentrado de laranja etc).

Dentro da Metrópole Paulista, há também desconcentração: a Capital perde peso para os municípios de seu entorno, consolidando-se, porém, como centro de indústrias tanto tradicionais, quanto de informática, novos materiais, etc. Cabe ainda acrescentar as modificações ocorridas a nível setorial da Região Metropolitana de São Paulo. Em primeiro lugar, à nível dos macrosetores da economia, há uma certa estabilidade do peso da PEA empregada no setor Secundário (cerca de 45%), apesar do seu crescimento (pois também cresce, na mesma intensidade, o emprego no setor Terciário). Em segundo lugar, pode-se analisar os subsetores internos à indústria. Em 1970, havia certo equilíbrio na indústria metropolitana, com cerca de 1/3 de pessoas empregadas em cada um dos sub-setores (bens de consumo não duráveis; bens intermediários; bens de consumo duráveis e bens de capital). Já ao final da década, o setor de bens de consumo não-duráveis perde espaço para os outros dois.

2) TRAJETÓRIA DEMOGRÁFICA E MODIFICAÇÕES ESPACIAIS NA INDÚSTRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1980

Para uma avaliação, ainda que sintética, da dinâmica demográfica recente, é conveniente analisar as

transformações do campo brasileiro e seus possíveis impactos sobre a migração interregional. Nesse sentido, chama a atenção que a primeira metade dos anos 80 apresenta mudanças na estrutura fundiária brasileira, às quais apontam para uma reversão da trajetória que vinha sendo apresentada no período anterior. O Censo Agropecuário de 1985 permite identificar um processo de desconcentração da propriedade, com incorporação reduzida de novas áreas e aumento do pessoal ocupado (ainda que sob relações precárias de trabalho)(12). Em síntese, há uma reversão significativa frente às tendências concentradoras da década de 1970.

Sabe-se que a dinâmica do setor agrário ainda permanece como a principal causa dos movimentos migratórios. Nesse sentido, as conclusões subjacentes aos dados da primeira metade da década de 1980 permitem visualizar uma queda relativamente acentuada da migração com destino a São Paulo. Com efeito, as estimativas para a população metropolitana de São Paulo indicam claramente uma redução acentuada das taxas de crescimento(13), fruto não só daquela diminuição do movimento migratório, como também da queda das taxas de fecundidade(14).

(12) Em CAND, Wilson e PACHECO, Carlos Américo. Cenários Demográficos para as Décadas de 1980 e 1990: Implicações Econômicas para as Projeções Populacionais do Estado de São Paulo. Campinas, 1990, mimeo.

(13) CAND e PACHECO visualizam uma população em torno de 15,8 a 16,6 milhões em 1990.

(14) É sabido que as taxas de fecundidades vêm diminuindo acentuadamente em todo território nacional.

Embora na segunda metade da década a dinâmica da estrutura fundiária brasileira tenha novamente apontado para uma retomada do processo de concentração da propriedade, retornando à tona o problema do emprego no campo, as conclusões acima podem, de certa maneira, ser estendidas a todo o decênio.

Quanto às modificações espaciais na indústria paulista, a década de 1980 deu continuidade ao processo de "interiorização". A recessão de 1981-1983 atingiu mais profundamente a Região Metropolitana de São Paulo, e não poderia ser de outra maneira(15). O produto industrial regrediu em termos absolutos, aumentando a capacidade ociosa, e o nível de emprego chegou a cair 24,4% entre dezembro de 1980 e dezembro de 1983, de acordo com os dados da FIESP.

A partir de 1984, quando da retomada do crescimento, estimulado de início pelo "boom" exportador e depois pelo Plano Cruzado, a indústria metropolitana recuperou-se, com taxas de crescimento próximas da média nacional. Mais tarde, na estagnação ao final da década, somente os setores ligados à exportação mostraram-se capazes de manter o nível de emprego.

(15) Isto porque tal Metrópole concentra grande maioria das indústrias de bens de capital e de bens intermediários, que são as que acompanham mais diretamente as flutuações dos ciclos conjunturais da economia.

Dado este quadro geral, observa-se que a indústria metropolitana perde peso relativo não só dentro do Estado de São Paulo, como no conjunto do país (Tabela I.4). E, ainda, é o interior que sustenta o pequeno crescimento da indústria paulista na década de 1980. As explicações para o maior dinamismo do interior jazem no processo de exportação de produtos industriais e agroindustriais. Neste sentido, o interior paulista surge como centro altamente dinâmico: "Esse avanço industrial no interior é mais significativo ainda, quando se sabe que passou a responder por pouco mais de 1/5 da indústria brasileira; em outras palavras significa dizer que essa indústria é maior que toda indústria da Região Sul do país, é praticamente 2,5 vezes maior que a de Minas Gerais ou de todo o Nordeste e é quase o dobro do Rio de Janeiro"(16).

Entretanto, como já foi citado (sempre vale lembrar), embora tenha perdido gradativamente peso frente ao interior, a Região Metropolitana de São Paulo "(...) não só consolidaria sua posição de grande centro nacional, mas iria adquirir feições de metrópole internacional, processo que (...) implicaria maior sofisticação e diversificação de seu aparato de serviços, sediando nacionalmente uma série de atividades terciárias altamente especializadas"(17).

(16) NEGRI, Barjas. Op. cit., p. 58.

(17) CANO, W., SEMEGHINI, U.C. e ARAÚJO, Alda R.F. "Análise Regional do Setor Serviços no Estado de São Paulo". Em: Diagnóstico do Setor Serviços. Campinas, 1990, mimeo.

Por fim, é conveniente fazer uma breve análise das modificações setoriais. A tabela I.5 demonstra a queda relativa do peso do Setor Secundário frente ao Terciário na Região Metropolitana de São Paulo, principalmente nos primeiros anos da década, como será visto adiante. Finalmente, quanto a distribuição da população ocupadas nos sub-setores da indústria, embora a Região Metropolitana de São Paulo não tenha apresentado grandes mudanças no decênio de 1980, o mesmo não se pode dizer do interior, onde houve aumento da participação relativa dos setores de bens de consumo não duráveis e de bens de capital e de consumos duráveis, em detrimento do setor de bens intermediários.

3) O DESEMPENHO DO SETOR SERVIÇOS

Como se pode observar a partir da tabela I.5, o setor Terciário tem sido responsável, na Região Metropolitana de São Paulo (assim como em qualquer economia industrializada), pela maior geração de renda e de emprego frente aos outros setores.

Entretanto, deve-se fazer uma análise um pouco mais precisa do setor Terciário, pois a mera constatação de seu peso na economia não diz o suficiente. Isto porque é notória a heterogeneidade do setor Serviços, englobando unidades produtoras de serviços necessários à produção, unidades produtoras de serviços que atendam às necessidades

TABELA I.5
DISTRIBUICAO DA POPULACAO OCUPADA SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - 1981-1988

	1981	1983	1985	1987	1988
PRIMARIO	0,76	0,52	0,58	0,60	0,43
SECUNDARIO	42,71	39,05	38,59	39,79	40,16
Ind. Transformacao	34,69	30,85	31,66	32,87	32,81
Const. Civil	6,90	6,98	5,80	6,17	6,22
Outras	1,13	1,23	1,13	0,75	1,06
TERCIARIO	56,53	60,43	60,83	59,61	59,41
Comercio	13,07	12,80	13,91	13,18	13,18
Prest. Servicos	17,45	19,82	19,33	17,96	17,96
Servicos Auxil.	4,51	4,76	4,36	5,30	5,30
Transp. e Comunicacoes	4,81	5,25	4,56	4,98	4,98
Atividades Sociais	4,71	5,06	5,32	5,73	5,73
Administracao Publica	6,61	6,68	6,79	7,15	7,15
Outras	5,37	5,98	6,56	5,11	5,11
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: PNAD, IBGE. In: DEDECCA e PACHECO, op. cit., p.42.

básicas e materiais da população, unidades que atendam requisitos necessários a modernização e especialização etc.

No caso brasileiro, o crescimento acelerado dos serviços por vezes não reflete apenas os desdobramentos das atividades produtivas de apoio à industrialização e a ampliação do papel do Estado, mas também é resultado da modernização no campo e manifestação da existência de excedentes estruturais de mão-de-obra. De forma simplificada, CANO e SEMEGHINI(18) tentaram, analiticamente, apontar quatro vetores aceleradores do processo "terciarização":

- a) impactos do desenvolvimento da agricultura mercantil;
- b) interação agricultura/indústria, surgindo novas exigências terciárias;
- c) processo de industrialização, expandindo os serviços; e
- d) processo relativamente autônomo da urbanização, com aumento do contingente populacional.

(18) CANO, Wilson e SEMEGHINI, Ulysses C. "Diagnóstico do Setor Serviços - Documento Básico", em Diagnóstico do Setor Serviços, Campinas, 1990, mimeo.

No caso específico da Região Metropolitana de São Paulo, deve-se ainda analisar o fato de ser um centro cultural de âmbito nacional.

De qualquer forma, no decênio de 1980, dada a decepcionante performance do setor Secundário para a Grande São Paulo, tem-se que o terciário amplia seu peso no PIB, constituindo-se no principal setor do ponto de vista de geração de renda e de emprego.

Foder-se-ia desagregar um pouco o setor Terciário nesta Região nos anos 80. O sub-setor Comunicações vai verificar as mais altas taxas de crescimento (embora tenha um peso pequeno), dado o grande volume de investimentos em Telecomunicações, Informática e expansão da Rede Telefônica; também observa-se o aumento do peso das Atividades Financeiras, provavelmente devido ao recrudescimento do movimento especulativo decorrente da expansão inflacionária. O sub-setor Transportes mantém o seu peso (graças ao "boom" exportador). Finalmente, valeria ressaltar a queda da participação no PIB no comércio, de uma forma geral(19).

Em síntese, a terciarização da MetrÓpole ocorre de fato no período de 1979-1983, com a recessão econômica e como efeito da queda acentuada do emprego industrial. Como

(19) A queda no comércio relaciona-se com o processo de centralização de capitais nesse sub-setor, onde começa uma relação mais direta entre o produtor e o varejista. A multiplicação dos hipermercados é prova disto.

veremos no decorrer do trabalho, o ajustamento do mercado de trabalho frente a tal período recessivo comporta um aumento da "precarização" das relações de trabalho, fenômeno provavelmente ainda mais intenso na crise atual.

CAPÍTULO 2

Analisados, ainda que de forma sucinta, os movimentos de crise, recuperação e estagnação da economia brasileira (particularmente da indústria da Região Metropolitana de São Paulo), convém detalhar a forma através da qual tais movimentos incidiram no volume do emprego agregado, em especial no emprego industrial da área metropolitana da capital paulista.

A Tabela II.1 demonstra, numa primeira aproximação, como os indicadores de emprego formal do Painel Fixo da RAIS e da lei 4.923 respondem de forma inequívoca às flutuações do PIB.

A recessão do início dos anos 1980 é acompanhada pela diminuição sistemática dos índices de nível de emprego. Entre dezembro de 1980 e dezembro de 1983, a economia brasileira em seu conjunto passou a oferecer 6% a menos de postos de trabalho(20), embora, inegavelmente, tenha aumentado a população em idade ativa(21), agravando a problemática. A indústria de transformação correspondeu ao setor que apresentou a maior queda nesse período, após a

(20) Vale sempre lembrar que os dados da RAIS trazem apenas os índices de nível de emprego formal.

(21) Ver Capítulo 1. Apesar da redução das taxas de crescimento da população brasileira nesse período, tudo indica que elas permaneceram elevadas. A população em idade ativa, como resultado do crescimento populacional de 10 ou 15 anos anteriores, elevou-se ainda mais acentuadamente.

TABELA II.1

INDICES DE NIVEL DE EMPREGO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE
BRASIL - 1980-1990

	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Extrativa Mineral	95,0	94,2	89,2	92,8	98,6	94,9	98,0	97,0	97,9	90,6
Ind. de Transformacao	90,2	89,7	83,6	88,3	96,3	106,3	102,5	102,1	106,1	101,0
Construcao Civil	98,3	89,9	62,1	59,7	63,8	69,2	63,0	65,0	63,7	60,9
Comercio	95,1	84,0	89,5	88,4	91,7	95,4	92,4	92,2	96,7	96,6
Servicos	99,1	99,6	95,6	98,6	103,2	104,7	106,6	109,0	112,4	111,0
Administ. Publica	106,2	112,8	116,0	125,1	132,8	142,9	148,9	154,3	153,5	153,6
TOTAL	97,1	97,8	94,0	97,6	103,2	108,6	108,0	109,5	112,7	110,2

FONTE: RAIS-Mtb - Painel Fixo (1980-88), in: DEDECCA e PACHECO, op. cit., p.3.

Para 1989 e 1990, foram utilizados os dados da Lei 4923 referentes as variacoes de dez 89/dez 88 e out 90/out 89.

construção civil. A construção civil, aliás, não era capaz de oferecer, em 1983, nem dois terços do emprego que ofertava três anos antes.

Chama a atenção, ainda no início da década, o desempenho da Administração Pública, único setor com crescente oferta de trabalho, apresentando uma taxa média anual (nesses três primeiros anos) bastante elevada: 5,06%. De fato, a Administração Pública "(...) no melhor estilo keynesiano, conseguiu atuar como mecanismo compensatório, face à retração das empresas"(22).

Entre 1984 e 1986, o emprego formal cresceu significativamente, mais uma vez refletindo as variações da atividade econômica. Em seu conjunto, nesse período, a taxa média anual de crescimento foi superior a 4,6%, recuperando, já em 1985, o nível de 1980.

Desta vez, a indústria de transformação foi o setor que apresentou o maior crescimento, inclusive quando comparada com a Administração Pública(23). Aliás, foram

(22) OLIVEIRA, Jane Souto. "Rio de Janeiro, a Geografia dos Contrastes Sociais", in: São Paulo em Perspectiva, 4(3/4), jul/dez 1990, p. 41. Foge ao âmbito deste trabalho tentar "desmistificar" as críticas à elevação do emprego no setor público. Apenas como ilustração, vale ressaltar duas conclusões significativas apontadas num estudo sobre a década de 1980: o emprego público, neste período, expandiu-se mais rapidamente nas regiões de menor renda; e, ainda, nas esferas estaduais e municipais. Ver: GUIMARÃES NETO, Leonardo. "O Mercado de Trabalho na Década Perdida", in: São Paulo em Perspectiva, op. cit., pp. 10 e ss.

(23) De fato, o setor industrial apresenta certa dominância sobre o movimento geral da economia, tanto no sentido ascendente, quanto nas recessões. Entretanto, isso também revela a sensibilidade extrema do emprego industrial com relação à conjuntura econômica. Ver: MACEDO,

estes dois setores que sustentaram as altas taxas de expansão dos postos de trabalho, haja visto o desempenho bem menos notável e instável do comércio e dos serviços. O comércio apresenta um elevado crescimento em 1986, dada a conjuntura favorável do Plano Cruzado; já o conjunto do setor serviços, após uma expansão de 4,7% em 1985, somente recuperaria definitivamente tal tendência de expansão dois anos depois - ou seja, em 1986, o desempenho deste setor foi medíocre(24).

A partir de 1987 até 1989, entretanto, foram estes dois últimos setores que permitiram ao mercado de trabalho organizado, como um todo, crescer à taxa anual acima de 2% - taxa, aliás, bastante inferior à média histórica nacional. A indústria de transformação também não demonstra nenhum sinal de grande dinamismo, crescendo a taxas ainda menores.

Finalmente, o nível de emprego formal retrai-se mais uma vez em termos absolutos, em 1990. Novamente, são a indústria de transformação e a construção civil que apresentam quedas mais elevadas nos níveis de emprego, em contraste com os setores da Administração Pública, comércio

Bernardo G. "O Mercado de Trabalho em 1990: Recessão e Arrocho Salarial", in: Retrospectiva - 1990, CECOM, Campinas, 1991, pp. 80 e ss.

(24) "Em princípio, este desempenho modesto do setor de Serviços, no ano do Cruzado, relaciona-se com as demissões promovidas pelo setor bancário e, em menor medida, pelo setor público". FERREIRA, Sinésio P. "A Evolução do Emprego", in: São Paulo em Perspectiva, op. cit., p. 83. Ainda, do mesmo autor: "A Evolução do Emprego na Grande São Paulo - 1985-1989", Campinas, 1990, mimeo.

e serviços, onde o emprego aparentemente mantém-se no mesmo patamar.

Em resumo, o importante a destacar aqui é o desempenho pouco notável do emprego na indústria de transformação na década como um todo, fruto, principalmente, das violentas retrações em 1981-1983 e em 1990.

Quando se analisa, com fins comparativos, o movimento do emprego formal na Região Metropolitana de São Paulo, os resultados são muito semelhantes, como mostra a Tabela II.2:

- Durante a recessão de 1981-1983, o emprego igualmente caiu em termos absolutos e a indústria de transformação também foi a grande responsável por tal queda. Entretanto, na capital paulista, as quedas nos índices são ainda maiores (-12% para o agregado e -23,6% para a indústria de transformação).

- O nível de emprego torna a crescer no período 1984-1986, com intensidade semelhante ao do agregado nacional, e também com desempenho notável da indústria de transformação.

- A evolução favorável do setor terciário, assim como no caso brasileiro como um todo, permitiu um pequeno

TABELA II.2
 INDICES DE NIVEL DE EMPREGO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE
 REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - 1980-1990

	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Extrativa Mineral	92,8	86,8	69,9	66,3	66,3	63,9	65,3	70,6	68,7	66,1
Ind. de Transformacao	85,4	84,5	76,4	82,6	90,8	101,2	94,4	92,9	97,0	87,2
Construcao Civil	106,1	93,8	67,7	69,5	74,8	81,4	81,2	91,1	91,5	83,8
Comercio	95,1	94,0	90,0	89,0	92,7	95,4	94,0	95,4	101,9	95,8
Servicos	99,2	98,2	94,6	97,8	103,0	102,7	104,6	109,7	113,6	107,8
Administ. Publica	102,7	106,1	106,2	108,1	115,3	121,5	131,5	126,5	124,7	128,0
TOTAL	93,6	92,8	88,0	91,4	97,7	102,9	102,1	103,1	107,1	99,6

FONTE: RAIS-Mtb - Painel Fixo (1980-88), in: DEDECCA e PACHECO, op. cit., p.9.

Para 1989 e 1990, foram utilizados os dados da Lei 4923 referentes as variacoes de dez 89/dez 88 e out 90/out 89.

crescimento do nível geral de emprego no final da década, ao menos até a recessão de 1990.

- A crise do ano de 1990 também atingiu significativamente a Região Metropolitana de São Paulo, com resultados ainda piores, quando contrastados ao Brasil como um todo, sobre a indústria de transformação e o comércio(25).

Visualizando o decênio como um todo, poder-se-ia concluir que o desempenho do emprego na Região Metropolitana de São Paulo foi bastante medíocre, pois, além das características negativas que também se verificam no caso brasileiro, ressaltam-se a profundidade ainda maior da crise de 1981-1983 e a evolução menos favorável da Administração Pública.

Em resumo, as flutuações nos níveis de emprego registradas na Grande São Paulo acompanham de perto aquelas verificadas no país, dada a complexidade e importância daquela região para a economia nacional. Porém, os efeitos das crises de 1981-1983 e 1990-1991 são ainda mais penosos na capital paulista. As razões para esse último fato são assim resumidas por GUIMARÃES NETO: "(...) i) o fato de a

(25) Deve-se ressaltar, entretanto, que os dados de 1990 referem-se apenas até o mês de outubro. A comparação, pois, fica prejudicada, dada a variação sazonal comum em economias capitalistas. Os dados de outubro de 1990 foram contrastados com os de outubro de 1989, como forma de minimizar esse problema.

crise dos anos 80 ter concentrado seus efeitos negativos na economia urbana do País, particularmente a industrial, e ii) de, no setor industrial, o impacto maior ter incidido na indústria de bens de capital"(26).

O fundamental, para o presente trabalho, é a análise das especificidades da recessão de 1990-1991 frente à de 1981-1983, principalmente no que diz respeito às flutuações do nível de emprego no setor industrial. Antes, no entanto, é necessário completar a evolução do desempenho dos macrosetores da atividade econômica, através de uma comparação inicial entre os dois períodos.

1. DESEMPENHO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO FRENTE AOS OUTROS SETORES

Os dados da PME(27) aproximam-se, grosso modo, das conclusões até agora desenvolvidas (Tabela II.3): é nítida a diminuição de proporção da FEA empregada na indústria de transformação no decorrer dos anos "negros" de 1983 e 1990. Entretanto, há uma clara diferença nos ajustes realizados

(26) GUIMARÃES NETO, Leonardo, op. cit., p. 6.

(27) As razões da escolha da PME, para uma comparação inicial entre os anos de 1983 e 1990, devem-se ao fato de esta pesquisa envolver o conjunto do emprego organizado e não-organizado, permitindo uma análise do conjunto dos efeitos da crise sobre a estrutura setorial da ocupação. Não foram utilizadas as PNADs (IBGE), nem a PED (SEADE-DIEESE), por não permitirem uma comparação entre os dois períodos. Também não foi possível ampliar a comparação para os anos de 1981 e 1982, em razão da alteração metodológica da PME em 1982, quando se reduz o período de referência das pessoas que procuram trabalho. As diferenças entre os anos de 1983 e 1990, entretanto, podem ainda ser mais ilustrativas quando se acrescentam dados de um ano de crescimento econômico - daí a razão para a inclusão do ano de 1985.

TABELA II.3
DISTRIBUICAO DA PEA NOS SETORES DE ATIVIDADE ECONOMICA
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO

SETORES	1983											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
IND. DE TRANSFORMACAO	31.32	30.80	30.18	31.05	30.93	30.47	30.10	29.89	29.96	29.65	29.52	29.23
CONSTRUCAO CIVIL	7.10	7.13	7.01	6.52	6.26	6.00	6.31	6.50	6.79	6.84	6.74	7.09
COMERCIO	12.20	12.06	12.06	12.06	12.18	12.46	12.24	11.91	11.45	12.34	12.77	13.00
SERVICOS	38.84	39.33	39.72	39.16	39.55	39.62	40.17	40.68	40.26	40.39	40.65	40.96
OUTRAS ATIVIDADES	3.94	4.21	4.00	3.91	3.85	4.12	4.19	4.00	4.31	4.07	3.86	4.10
DESOCUPADOS	6.59	6.40	7.03	7.30	7.24	7.05	7.00	6.94	7.22	6.71	6.45	5.53
TOTAL	100.01	100.01	100.00	100.00	100.01	100.00	100.01	100.00	99.99	100.00	99.99	99.99

FORTE : Pesquisa Mensal do Emprego - IBGE

TABELA II.3
DISTRIBUICAO DA PEA NOS SETORES DE ATIVIDADE ECONOMICA
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO

SETORES	1985											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
IND. DE TRANSFORMACAO	31.49	31.55	30.85	30.73	31.34	30.54	31.03	31.87	31.62	32.34	32.84	33.17
CONSTRUCAO CIVIL	5.71	5.71	5.46	5.73	5.46	5.47	5.42	5.48	5.46	5.56	5.70	5.98
COMERCIO	12.20	12.36	12.75	12.22	12.80	12.99	12.69	12.59	12.82	12.43	12.34	12.66
SERVICOS	40.75	40.52	40.90	41.36	41.02	41.55	41.60	41.29	41.55	41.41	41.47	41.45
OUTRAS ATIVIDADES	3.83	3.89	3.88	3.94	3.72	3.88	4.10	3.95	4.04	4.17	4.09	4.13
DESOCUPADOS	6.02	5.97	6.16	6.00	5.66	5.56	5.16	4.82	4.52	4.10	3.56	2.70
TOTAL	100.01	99.99	100.01	100.00	100.00	99.99	100.00	100.00	100.00	100.01	100.00	100.00

FONTE : Pesquisa Mensal do Emprego - IBGE

TABELA II.3
DISTRIBUICAO DA PEA NOS SETORES DE ATIVIDADE ECONOMICA
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO

SETORES	1996											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
IND. DE TRANSFORMACAO	32.19	31.18	30.52	29.86	30.28	30.22	30.79	30.94	29.93	31.04	30.57	29.65
CONSTRUCAO CIVIL	6.38	6.44	6.30	6.11	6.01	5.77	6.00	5.82	6.03	6.27	6.22	6.51
COMERCIO	13.91	13.84	13.64	13.52	12.80	13.09	12.57	12.53	13.48	13.50	13.59	13.94
SERVICOS	40.48	40.86	41.30	41.47	41.46	41.45	41.67	41.90	42.05	40.81	41.09	41.68
OUTRAS ATIVIDADES	3.97	4.13	4.09	4.04	3.95	4.04	3.94	3.91	3.87	3.91	3.86	3.87
DESCOEFADGE	3.06	3.55	4.09	5.07	5.58	5.43	5.02	4.90	4.64	4.46	4.67	4.23
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE : Pesquisa Mensal do Emprego - IBGE

nestes dois períodos: em 1983, partindo, é verdade, de patamares elevados de desemprego, não há expansão sistemática da proporção dos desocupados ao longo do ano. Nesse sentido, a queda da participação da indústria de transformação é "compensada" por uma elevação na proporção da PEA ocupada nos serviços e no comércio.

Esta constatação da estabilidade da proporção dos desocupados no decorrer de 1983 parece contradizer os resultados da RAIS, que apontam para a queda do nível de emprego para o mesmo período. Na verdade, o paralelo entre os indicadores da RAIS e da PME exige que se examine, para fins comparativos, os dados de dezembro de 1982 desta última pesquisa, como o fizemos com a RAIS. Assim, constata-se efetivamente que, além da queda na participação da indústria de transformação e concomitante elevação dos serviços, houve sem dúvida elevação na proporção dos desocupados. Com o que estas pesquisas não revelam resultados tão díspares quanto pode, de início, parecer(28).

(28) Além disso, há outro fator que ajuda a explicar a não-expansão do desemprego aberto num período em que os índices de emprego retraem-se. Pode haver variações na taxa de crescimento da PEA, parcialmente determinadas pela conjuntura econômica, que atenuariam os efeitos da crise sobre os índices de desemprego aberto. Isso resulta em alterações, no curto prazo, das taxas de participação, indicando que parte dos inativos pode ser mobilizada, via aumento da ocupação, em períodos de crescimento, ou desmobilizada, em períodos de recessão. Ou seja, "(...) há mudanças conjunturais na disponibilidade de força de trabalho, que ganham importância nos processos de ajuste nos momentos de crise e expansão econômica". DEDECCA, Cláudio S. "Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho Urbano: Uma Abordagem da Região Metropolitana de São Paulo". Tese de Doutorado, Campinas, 1990, p. 49. Nesse sentido, em anos recessivos, reduz-se o crescimento da PEA, "(...) esterelizando-se parte dos impactos do estancamento ou queda do nível de emprego sobre a taxa de desemprego". *Ibid.*, p. 50.

Já em 1990, a queda da participação da indústria de transformação ocorre concomitantemente, e nos mesmos níveis, à elevação da proporção dos desocupados(29), com relativa estabilidade dos outros setores. Tal fato induz à hipótese de que, na recessão de 1990, a queda do nível de emprego na indústria rebateu quase que exclusivamente sobre o desemprego aberto.

De qualquer forma, o contraste de tais períodos com o ano de 1985 é claro. Neste último, há uma expansão da proporção da PEA empregada na indústria de transformação (fundamentalmente no final do ano) "vis-à-vis" a nítida redução dos desocupados. Os demais setores mantêm, indubitavelmente, as mesmas proporções no decorrer do ano. De modo que, de acordo com os dados da PME, o emprego industrial cresceu bem mais rapidamente que o Terciário em 1985, aproximando-se, aqui, dos dados da RAIS.

2. AJUSTES DO MERCADO DE TRABALHO INDUSTRIAL NA GRANDE SÃO PAULO: 1981-1983 "VERSUS" 1990-1991

A partir desse ponto, o objetivo da presente pesquisa será o estudo comparativo dos impactos das recessões de 1981-1983 e 1990-1991 no setor industrial da

(29) "Dentre as regiões metropolitanas, o maior crescimento do desemprego foi observado em São Paulo - onde é maior o peso do setor industrial, que apresentava cerca de 336.000 pessoas sem trabalho e procurando emprego em dezembro de 1990, 130% a mais do que em dezembro de 1989". MACEDO, op. cit., p. 90. Os dados são da PED (SEADE-DIEESE).

TABELA II.4
 INDICES AGREGADOS DE PESSOAL OCUPADO
 REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO

MES	1981	1990
JANEIRO	99,4	99,9
FEVEREIRO	98,9	99,6
MARCO	97,8	98,7
ABRIL	96,3	96,8
MAIO	94,9	95,4
JUNHO	93,8	94,7
JULHO	92,7	94,7
AGOSTO	90,8	94,9
SETEMBRO	89,7	95,3
OUTUBRO	89,2	95,2
NOVEMBRO	88,6	93,9
DEZEMBRO	87,9	91,8

MES	1982	1991
JANEIRO	88,0	89,7
FEVEREIRO	88,4	88,5
MARCO	89,1	87,7
ABRIL	89,2	87,7
MAIO	89,8	87,8
JUNHO	90,1	--
JULHO	90,0	--
AGOSTO	89,6	--
SETEMBRO	89,2	--
OUTUBRO	88,3	--
NOVEMBRO	87,5	--
DEZEMBRO	86,3	--

OBS.: 1981/1982 - DEZ. 1980 = 100.
 1990/1991 - DEZ. 1989 = 100.

FONTE: Indices Conjunturais da FIESP.
 (Resultados Preliminares)

Região Metropolitana de São Paulo, com base nos dados fornecidos pela FIESP.

A Tabela II.4 traz a evolução dos índices mensais de pessoal ocupado de janeiro de 1981 a dezembro de 1982. Como se pode observar, o nível de emprego na indústria da metrópole paulista cai sistematicamente no decorrer do ano de 1981, até atingir, em dezembro, apenas 87,9% do total oferecido exatamente um ano antes. Na verdade, esse movimento de queda já vinha manifestando-se nos últimos meses de 1980. O ano de 1982 sugere uma estagnação em torno daquele valor, inclusive apresentando uma leve recuperação entre os meses de abril e agosto(30).

A recessão de 1990-1991 apresenta uma queda no nível de emprego industrial menos regular ao longo dos meses - Tabela II.4(31), embora os índices do final do período também indiquem que o recuo foi bastante acentuado: em maio de 1991, a indústria oferecia 87,8% dos postos que o fazia em dezembro de 1989.

(30) Tal fato, na verdade, tem um caráter (em grande parte) político: 1982 foi um ano eleitoral e o então ministro A. Delfim Netto promove uma atenuação da política recessiva até então implementada.

(31) A Tabela II.4 traz como base, para os índices de 1990 e 1991, o mês de dezembro de 1989, com o intuito de demonstrar os efeitos exclusivos da crise de 1990-1991 sobre o mercado de trabalho. Mais à frente, coloca-se como se encontrava o nível de emprego em janeiro de 1990 comparativamente ao início da década.

Tal irregularidade poderia ser resumida como se segue. O primeiro semestre de 1990 demonstra que a diminuição do total de pessoal ocupado, como em 1981, foi sistemática, agravada a partir de março, com a edição do Plano Collor I. De junho a outubro de 1990, entretanto, mantêm-se o nível de emprego, chegando a apresentar leve recuperação. A partir desse momento até março de 1991, há nova queda, agora ainda mais acentuada, fruto da manutenção de uma política econômica recessiva(32). Finalmente, de março a maio de 1991, há nova manutenção dos índices de pessoal ocupado; porém, nesse momento, isto se dá sobre valores bastante baixos (menos de 90% do total apresentado em janeiro de 1990).

A queda sistemática do nível de emprego em 1981, comparativamente às flutuações de 1990, permite algumas considerações, no que se refere ao índice de pessoal ocupado.

No primeiro semestre de 1981, a queda verificada é bastante semelhante àquela do primeiro semestre de 1990. É verdade, entretanto, que em 1990 verificam-se quedas dos níveis de emprego relativamente menores que em 1981. Porém, esta diferença somente se torna mais nítida nos meses que vão de junho a outubro. Como visto anteriormente, verifica-

(32) Chama a atenção, inclusive, a diminuição abrupta do nível de emprego ao final do ano, período em que, devido a flutuações sazonais presentes nas economias capitalistas, tal índice tradicionalmente tende a aumentar.

se uma queda sistemática do nível de emprego durante todo o ano de 1981, enquanto o período de junho a outubro de 1990 é caracterizado por uma leve recuperação. O resultado é a constatação de índices, naquele primeiro ano, bastante inferiores, quando se contrasta com 1990(33).

A partir desse momento, surge um movimento contrário, ou seja, de atenuação dos efeitos perversos da primeira crise sobre o mercado de trabalho e de intensificação dos mesmos na recessão atual. Com efeito, nesse período, esta última recessão vai apresentar uma violenta queda no nível de emprego, somente interrompida a partir do mês de março de 1991, enquanto no primeiro período já se assiste a uma recuperação do nível de emprego industrial a partir de dezembro de 1981. Tal movimento culmina, ao final de todos esses meses, com o aparecimento de índices de emprego até mesmo mais baixos na recessão de 1990-1991 quando comparados à de 1981-1983, fato até então inédito.

A análise ainda fica mais completa quando se acrescenta a evolução do índice de horas trabalhadas (Tabela II.5). À primeira vista, o desempenho desse índice é semelhante ao do pessoal ocupado (muito embora com flutuações bem maiores): queda sistemática em 1981 e

(33) Com efeito, a recessão de 1981 vai-se mostrando cada vez mais profunda em relação a de 1990, entre os meses de junho a outubro. Neste último mês, a amplitude da diferença dos índices é a maior constatada: 89,2 para 1981 "vis-à-vis" 95,2 para 1990.

TABELA II.5
 INDICES AGREGADOS DE HORAS TRABALHADAS NA PRODUCAO
 REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO

MES	1981	1990
JANEIRO	98.1	99.8
FEVEREIRO	98.2	96.0
MARCO	98.6	101.5
ABRIL	94.2	83.5
MAIO	95.5	91.5
JUNHO	93.6	91.5
JULHO	94.6	93.6
AGOSTO	90.8	97.2
SETEMBRO	87.5	92.3
OUTUBRO	89.2	95.9
NOVEMBRO	87.3	90.9
DEZEMBRO	81.1	81.4

MES	1982	1991
JANEIRO	80.4	81.0
FEVEREIRO	81.8	77.6
MARCO	91.9	81.2
ABRIL	86.9	82.9
MAIO	89.8	83.3
JUNHO	89.1	--
JULHO	90.7	--
AGOSTO	91.5	--
SETEMBRO	88.0	--
OUTUBRO	87.6	--
NOVEMBRO	85.3	--
DEZEMBRO	79.9	--

OBS.: 1981/1982 - DEZ. 1980 = 100.

1990/1991 - DEZ. 1989 = 100.

FONTE : Indices Conjunturais da FIESP
 (Resultados preliminares)

recuperação em 1982; diminuição no primeiro semestre de 1990, flutuações com tendência à estagnação de junho a outubro do mesmo ano e nova queda de outubro de 1990 a fevereiro de 1991.

Porém, há algo interessante a ser notado: no primeiro semestre de 1981, a queda do número de horas trabalhadas na produção é menos violenta do que em 1990, apresentando uma tendência oposta ao que ocorre com o nível do pessoal ocupado. Somente entre junho e outubro é que há certa coerência nos dois índices, ou seja, valores em 1981 inferiores aos de 1990. Esta coerência prossegue em parte daí para frente. Em parte no seguinte sentido: em ambas as recessões, apesar de as trajetórias dos índices de pessoal ocupado e horas trabalhadas serem semelhantes, a queda verificada no final do ano e a recuperação no início do ano seguinte são mais profundas no índice de horas trabalhadas. Ou seja, este índice apresenta uma sensibilidade maior às oscilações da conjuntura econômica. Tal fato é ainda melhor constatado na recessão de 1981-1983.

É possível realizar um exercício para verificar a veracidade dessas proposições e aprofundá-las. A Tabela II.6 traz, para todos os meses citados, as relações entre os índices de total de horas trabalhadas e os índices de total de pessoal ocupado na indústria metropolitana de São Paulo.

TABELA II.6

RELACAO IDO AGREGADO : HORAS TRABALHADAS / PESSOAL OCUPADO
 REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO

MES	1981	1990
JANEIRO	0.9865	0.9885
FEVEREIRO	0.9931	0.9533
MARCO	1.0086	1.0177
ABRIL	0.9786	0.8535
MAIO	1.0067	0.9491
JUNHO	0.9975	0.9557
JULHO	1.0204	0.9777
AGOSTO	0.9995	1.0135
SETEMBRO	0.9753	0.9584
OUTUBRO	1.0005	0.9969
NOVEMBRO	0.9853	0.9578
DEZEMBRO	0.9232	0.8774

MES	1982	1991
JANEIRO	0.9132	0.8939
FEVEREIRO	0.9252	0.8679
MARCO	1.0318	0.9160
ABRIL	0.9747	0.9353
MAIO	0.9999	0.9388
JUNHO	0.9890	--
JULHO	1.0078	--
AGOSTO	1.0209	--
SETEMBRO	0.9870	--
OUTUBRO	0.9919	--
NOVEMBRO	0.9751	--
DEZEMBRO	0.9263	--

FONTE : Indices Conjunturais da FIESP
 (Resultados preliminares)

Em 1981, até o mês de outubro, a relação entre horas trabalhadas e o pessoal ocupado oscila basicamente em torno da unidade. Isto significa que a queda na atividade produtiva foi desde logo acompanhada por um processo paralelo de demissão(34).

A realidade é diferente em 1990. No primeiro semestre do ano (e ainda mais notadamente no segundo trimestre), a queda no índice de total de horas trabalhadas é sensivelmente mais acentuada do que aquela verificada no nível de emprego. De modo que a reação empresarial ao ajuste do Plano Collor I no início de 1990 é no sentido de redução na jornada média de trabalho ainda que a demissão também ocorresse em grande intensidade. Ainda nesse sentido, a recuperação da atividade produtiva de junho a outubro desse mesmo ano faz-se concomitantemente à relativa estabilidade no nível de emprego, induzindo à hipótese de recuperação da jornada de trabalho e não expansão da oferta dos postos de trabalho.

Essa primeira dessemelhança, aliás, também foi constatada num recente estudo publicado na imprensa. Os professores associados da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, José Paulo Zetano Chahad e

(34) Entenda-se por demissão a queda no índice de pessoal ocupado. Na verdade, como realçam BALTAR e GUIHARÃES, op. cit., cap. 3, tal queda, dada a alta rotatividade de mão-de-obra da economia metropolitana de São Paulo, explica-se mais pela diminuição no número de admissões do que pela elevação real no número de demissões propriamente ditas.

Carlos Antonio Luque, realçam que, ao final da década, diferentemente da recessão de 1981-1983, "as empresas reduziram menos o nível de pessoal ocupado, realizando parte do ajuste nas horas trabalhadas"(35). Por sinal, os dados utilizados nesta pesquisa acima são da FIBGE, que confirmam nossa hipótese: enquanto entre 1980 e 1983, o emprego caiu 19,72% e a produção reduziu-se 15,69%, no período 1987-1990, há uma queda de apenas 7,52% no nível de pessoal ocupado, enquanto a da produção foi de 9,30%.

Retornando ao período 1981-1983, a partir de outubro, como visto, a queda no índice de pessoal ocupado apresenta-se progressivamente menos acentuada, até a recuperação de 1982. Já as variações do índice de horas trabalhadas são mais acentuadas, como também anteriormente constatado. Assim, ao final de 1981, a diminuição no número de horas trabalhadas é mais violenta que a do nível de emprego, resultando, agora sim, num movimento de queda da jornada de trabalho. Entretanto, esta última será recuperada no início de 1982 (embora num nível de emprego inferior), graças à expansão da atividade produtiva superior àquela verificada no número de postos de trabalho.

Por outro lado, à sensível queda do nível de emprego a partir de outubro de 1990, seguiu-se, mais uma vez, uma redução ainda mais acentuada do total de horas

(35) Ver Gazeta Mercantil, 09 a 11 de novembro de 1991, p. 9.

trabalhadas, causando novamente a redução da jornada média de trabalho. A recuperação daquela jornada em 1981, entretanto, não será realizada (nem mesmo com o inferior índice de pessoal ocupado), como em 1982, basicamente porque, apesar de não haver uma expansão do nível de pessoal ocupado, o índice de total de horas trabalhadas na produção expandir-se-á menos acentuadamente em 1991.

As conclusões acima estão resumidas na Tabela II.7. Em suma, o movimento do mercado de trabalho é essencialmente diferente nas duas recessões num primeiro momento, de janeiro a outubro. Aqui, a crise de 1981 não demonstrou corresponder ao processo de ajuste realizado pela de 1990, que apresentou num primeiro momento uma diminuição mais acentuada no total de horas trabalhadas, seguindo-se uma recuperação da jornada média, via aumento da atividade produtiva com estagnação do nível de emprego.

Assim, de outubro de 1990 em diante, o movimento assemelha-se em sua essência. Ambas recessões realizam o ajuste acima, embora a de 1991 não recupere a jornada média de trabalho.

2.1. ESTUDO COMPARATIVO DESAGREGADO (GÊNEROS INDUSTRIAIS)

A partir dos índices conjunturais da FIESP, pode-se realizar comparações entre o desempenho dos diversos

TABELA 13.7

SÍNTESE DOS MOVIMENTOS NOS ÍNDICES DE EMPREGO
 JAN 1981 - MAIO 1982 / JAN 1990 - MAIO 1991

PERÍODO	1981 - 1982	1990 - 1991
1. JANEIRO - JUNHO	Queda nos índices de pessoal ocupado e horas trabalhadas basicamente na mesma proporção. Jornada média de trabalho estável.	Queda no índice de horas trabalhadas maior do que a queda do de pessoal ocupado. Queda na jornada média de trabalho.
2. JUNHO - OUTUBRO	Mesmo movimento acima.	Estagnação no índice de pessoal ocupado. Recuperação do índice de horas trabalhadas. Elevação da jornada média de trabalho.
3. OUTUBRO - JANEIRO	Queda no índice de pessoal ocupado. Queda ainda mais acentuada no índice de horas trabalhadas. Queda na jornada média de trabalho.	Queda no índice de pessoal ocupado. Queda ainda mais acentuada no índice de horas trabalhadas. Queda na jornada, superior à de 1981-1982 do mesmo período.
4. JANEIRO - MAIO	Recuperação do índice de pessoal ocupado. Recuperação ainda mais acentuada no índice de horas trabalhadas. Recuperação da jornada média de trabalho.	Recuperação do índice de pessoal ocupado. Recuperação ainda mais acentuada no índice de horas trabalhadas, mas não suficiente para a total recuperação da jornada, como ocorrido em 1982.

gêneros industriais ali desagregados. Optou-se aqui por ressaltar o desempenho dos gêneros METALÚRGICA, MATERIAL DE TRANSPORTES e ALIMENTAÇÃO. Esta opção leva não somente em conta a importância destes no conjunto da indústria metropolitana de São Paulo, mas também os contrastes entre seus processos de ajuste durante os períodos de crise econômica.

Os diferentes gêneros industriais realmente reagem de forma diversa durante as recessões estudadas. De fato, o índice agregado não é capaz de fornecer uma noção dos movimentos de vários dos segmentos, tamanha sua heterogeneidade.

O gênero metalúrgico, entretanto, aparece como aquele cujos movimentos de seu mercado de trabalho mais fielmente acompanham a evolução do agregado. A explicação, com certeza, reside na importância inquestionável desse setor, tanto devido ao seu tamanho, quanto à interdependência com outros segmentos. A Tabela II.8 fornece uma idéia da proximidade com que o nível de emprego da indústria metalúrgica(36) acompanha o agregado em 1981-1982: queda sistemática e nos mesmos níveis no primeiro ano citado; estabilidade em patamares baixos em 1982. Em 1990-

(36) Aqui, o termo "metalúrgico" refere-se estritamente ao gênero "METALÚRGICA", pois é possível utilizá-lo para agregar os quatro ramos de indústria pesada de São Paulo: metalúrgica (propriamente dito); mecânica; material elétrico e de comunicações e; material de transportes. Assim o faz BALTAR e GUIMARÃES, op. cit., cap. 3, item 2.

TABELA II.8

INDICE DE PESSOAL OCUPADO, AGREGADO E POR GENEROS INDUSTRIAIS (INDICE E RELACAO COM AGREGADO)
 REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO (JAN. 1981 - DEZ. 1982)

(DEZ. 1980 = 100)

MES	AGREGADO	METALURGICA		MAT. TRANSPORTES		ALIMENTACAO	
		INDICE	REL. AGREG.	INDICE	REL. AGREG.	INDICE	REL. AGREG.
1981							
JANEIRO	99.4	100.0	1.006	97.3	0.979	101.4	1.014
FEVEREIRO	98.9	99.0	1.001	95.2	0.962	102.3	1.032
MARCO	97.8	98.0	1.003	93.6	0.957	102.9	1.049
ABRIL	96.3	96.7	1.004	92.4	0.960	101.6	1.051
MAI	94.9	95.0	1.001	91.4	0.964	99.0	1.043
JUNHO	93.8	94.0	1.002	90.3	0.962	98.2	1.042
JULHO	92.7	92.4	0.996	88.9	0.959	97.5	1.056
AGOSTO	90.8	90.4	0.995	81.9	0.902	98.0	1.084
SETEMBRO	89.7	88.1	0.982	80.2	0.894	97.8	1.110
OUTUBRO	89.2	87.1	0.976	78.7	0.883	97.7	1.122
NOVEMBRO	88.6	86.7	0.978	76.7	0.866	98.5	1.136
DEZEMBRO	87.9	86.1	0.980	76.3	0.868	98.1	1.140
1982							
JANEIRO	88.0	86.0	0.977	76.0	0.864	98.7	1.148
FEVEREIRO	88.4	86.5	0.979	76.1	0.861	99.9	1.153
MARCO	89.1	86.6	0.972	76.4	0.858	101.4	1.171
ABRIL	89.2	86.5	0.970	77.3	0.867	99.7	1.153
MAI	89.8	86.7	0.965	78.9	0.878	99.6	1.149
JUNHO	90.1	86.9	0.964	79.8	0.885	99.5	1.146
JULHO	90.0	86.4	0.960	80.4	0.893	99.0	1.146
AGOSTO	89.6	86.1	0.960	81.2	0.906	98.0	1.139
SETEMBRO	89.2	86.0	0.964	81.9	0.919	97.8	1.138
OUTUBRO	88.3	85.3	0.966	82.0	0.929	98.2	1.151
NOVEMBRO	87.5	84.4	0.964	81.5	0.932	98.9	1.172
DEZEMBRO	86.3	82.9	0.961	81.5	0.945	96.4	1.163

FONTE : Indices Conjunturais da FIESP.
 (Resultados preliminares)

1991, mantém-se esse movimento. Com efeito, não há grandes divergências entre os movimentos desse segmento e os da indústria como um todo (Tabela II.9).

O setor de material de transportes demonstra, em 1981-1982, uma redução muito mais acentuada do que a do agregado, fato que não ocorre na recessão atual. Em 1990-1991, o setor acompanha o movimento da indústria em geral. De modo que a crise do início dos 1980 implicou efeitos mais perversos no nível de emprego do que a do início dos 1990, neste gênero industrial.

Ainda na análise dos índices de pessoal ocupado, o setor alimentação, por sua vez, apresenta uma trajetória ainda mais diversa. Na crise de 1981-1982, tal índice manteve-se bem acima do agregado, oscilando em torno do nível de dezembro de 1980(37). O mesmo ocorre em 1990-1991; aqui, entretanto, houve uma queda, em termos absolutos, mas, de qualquer forma, bem menos acentuada que a diminuição do agregado. Esse movimento confirma a hipótese de que o segmento de bens de consumo tem uma elasticidade menor frente às variações no produto agregado.

O que diferencia o período 1990/1991, portanto, é que a alimentação apresentou uma queda, ainda que pouco

(37) Houve, inclusive, leves recuperações no início de 1981, fato bastante diverso do movimento do restante da indústria.

TABELA II.9

INDICE DE PESSOAL OCUPADO, AGREGADO E POR GENEROS INDUSTRIAIS (INDICE E RELACAO COM AGREGADO)
 REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO (JAN. 1990 - MAIO 1991)

(DEZ. 1989 = 100)

MES	METALURGICA			MAT. TRANSPORTES		ALIMENTACAO	
	AGREGADO	INDICE	REL. AGREG.	INDICE	REL. AGREG.	INDICE	REL. AGREG.
1990							
JANEIRO	99.9	100.1	1.002	99.7	0.998	99.7	0.998
FEVEREIRO	99.6	99.9	1.002	99.6	1.000	98.3	0.987
MARCO	98.7	99.3	1.006	98.8	1.001	96.7	0.980
ABRIL	96.8	97.9	1.011	97.5	1.007	95.8	0.990
MAIO	95.4	95.7	1.003	96.2	1.008	95.5	1.001
JUNHO	94.7	94.6	0.999	95.5	1.008	96.0	1.014
JULHO	94.7	94	0.993	95.3	1.006	96.6	1.020
AGOSTO	94.9	93.8	0.988	95.4	1.005	96.4	1.016
SETEMBRO	95.3	94.4	0.991	97.1	1.019	95.9	1.006
OUTUBRO	95.2	94.0	0.987	97.3	1.022	95.8	1.006
NOVEMBRO	93.9	92.6	0.986	96.5	1.028	95.2	1.014
DEZEMBRO	91.8	90.6	0.987	95.2	1.037	94.9	1.034
1991							
JANEIRO	89.7	88.4	0.986	91.9	1.025	94.0	1.048
FEVEREIRO	88.5	86.9	0.982	89.4	1.010	93.7	1.059
MARCO	87.7	85.9	0.979	87.8	1.001	94.2	1.074
ABRIL	87.7	85.6	0.976	87.0	0.992	95.0	1.083
MAIO	87.8	85.7	0.976	86.8	0.989	95.2	1.084

FORNTE : Indices Conjunturais da FIESP.
 (Resultados preliminares)

acentuada, pois nem mesmo este segmento resistiu à queda geral da indústria metropolitana durante o Plano Collor(38). Na verdade, as menores oscilações no curto prazo no nível de emprego nos setores de bens de consumo e sobretudo sua evolução no longo prazo dependem das taxas de crescimento da massa salarial urbana, mais do que do movimento da indústria em geral: "(...) al contrario del complejo metal-mecánico, las industrias de bienes de consumo de uso generalizado no producen para sí mismas y dependen de mercados ubicados fuera de la industria de transformación. (...) Así, (...) no tienen problemas de expansión a largo plazo si la tasa de expansión metropolitana es elevada"(39).

Aqui parece se encontrar o motivo pelo qual a alimentação foi o único gênero que, em maio de 1991, ainda oferecia mais postos de trabalho do que em 1980: sua taxa de expansão na década de 1980, pelo fator acima,, não seguiu a estagnação da indústria de transformação como um todo, alcançando, no início de 1990, índices já bastante elevados. Esse fator foi mais relevante do que a resistência à queda na recessão atual.

(38) Uma diferença marcante na análise das recessões de 1981-1983 e de 1990-1991, salientada na pesquisa de Chahad e Luque é o diferente movimento dos salários industriais: entre 1980 e 1983 a média salarial teria apresentado um pequeno aumento, contra uma redução significativa no período 1987-1990. A combinação entre queda de salário e emprego reflete-se na crise atual num movimento contracionista da massa de salários bem mais acentuado que no período 1981-1983, impactando sobre a indústria de Bens de Consumo. Gazeta Mercantil, 9 a 11 de novembro de 1991, p. 9.

(39) TAVARES, M.C. "Problemas de Industrialización Avanzada en Capitalismos Tardíos y Perifericos", em Políticas para el Desarrollo Latinoamericano, México, CECADE, 1981, p. 32.

Algumas considerações já se fazem pertinentes aqui. É bem verdade que, após 17 meses de crise, em ambos os períodos a redução no nível de emprego é bastante acentuada, e ainda mais no período 1990-1991. Entretanto, do ponto de vista setorial e da rotatividade de mão-de-obra, é possível afirmar que a recessão de 1981-1982 trazia consigo outras conseqüências negativas sobre o mercado de trabalho na capital paulista. Como afirmam BALTAR e GUIMARÃES, em tal crise, o emprego diminui menos justamente nos setores onde é alta a rotatividade de mão-de-obra. "(...) Nestes casos, o desemprego por queda na atividade econômica não é muito alto, mas eles continuam contribuindo na crise para um alto desemprego friccional, com suas altas taxas de rotatividade"(40). O exemplo claro é a alimentação, em que a queda no nível de emprego foi menor, enquanto os ramos com menor rotatividade foram duramente atingidos pela crise.

Em 1990-1991, essas diferenças setoriais também ocorreram, mas com menor intensidade. A queda no nível de emprego foi mais "homogênea" entre os setores industriais. Os ramos com altas taxas de rotatividade foram mais duramente atingidos que no período 1980/1983, ao contrário do que ocorre com os de menores taxas de rotatividade(41).

(40) BALTAR e GUIMARÃES, op. cit., p. 115.

(41) Na verdade, há ainda algo a acrescentar. É sabido que, na redução do nível de emprego de 1981-1983, o tipo de ajustamento realizado caracterizou-se, em parte, pela externalização de seus serviços não diretamente ligados à produção, principalmente nas indústrias metal-mecânicas (de menor rotatividade de mão-de-obra). Esse tipo de ajuste, ao se consolidar no decorrer da década, não pôde se repetir (no mesmo grau) na recessão atual - aqui, a maioria dessas

Analisando também, como realizado anteriormente para o agregado industrial, os índices de total de horas trabalhadas na produção, pode-se desenvolver mais profundamente esse raciocínio.

O setor metalúrgico, tanto em 1981-1982 como em 1990-1991, igualmente no que se refere ao número de horas trabalhadas, acompanha o movimento do setor industrial como um todo, embora situe-se pouco acima deste (Tabela II.10 e II.11). Isto significa que, embora o nível de emprego tenha-se reduzido na mesma intensidade do agregado, o total de horas trabalhadas assistiu a uma queda proporcionalmente menor (embora com diferenças mínimas). O resultado desse processo é que a relação horas trabalhadas/pessoal ocupado situa-se levemente acima da verificada no setor industrial, embora sempre acompanhando o seu movimento, nos dois períodos distintos (Tabelas II.12 e II.13).

Um fato interessante é a diversidade com que o segmento de material de transportes reage à recessão econômica, em relação à metalúrgica. Com efeito, deixando de lado as oscilações (nem sempre pequenas) nos índices de horas trabalhadas, constata-se que tal segmento, em ambas crises econômicas, realizou um ajuste via horas trabalhadas superior ao ajuste via pessoal ocupado. Em outras palavras,

empresas já realizavam seus serviços não ligados à produção através de firmas externas, por exemplo. Assim, o nível de emprego não poderia cair tão acentuadamente, acompanhando mais de perto o nível de produção.

TABELA II.10

INDICE DE HORAS TRABALHADAS NA PRODUCAO, AGREGADO E POR GENEROS INDUSTRIAIS (INDICE E RELACAO COM AGREGADO)
 REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO (JAN. 1981 - DEZ. 1982)

DEZ. 1980 = 100

MES	AGREGADO	METALURGICA		MAT. TRANSPORTES		ALIMENTACAO	
		INDICE	REL. AGREG.	INDICE	REL. AGREG.	INDICE	REL. AGREG.
1981							
JANEIRO	98.1	100.5	1.024	96.0	0.979	103.5	1.055
FEVEREIRO	98.2	98.1	0.999	97.0	0.987	101.2	1.031
MARCO	98.6	99.5	1.009	93.5	0.948	105.4	1.069
ABRIL	94.2	95.4	1.013	86.5	0.918	104.9	1.114
MAIO	95.5	98.4	1.030	91.4	0.957	98.7	1.034
JUNHO	93.6	94.3	1.007	90.8	0.970	95.6	1.021
JULHO	94.6	96.2	1.017	85.4	0.903	95.8	1.013
AGOSTO	90.8	90.2	0.993	78.1	0.860	97.9	1.070
SETEMBRO	87.5	85.9	0.982	72.2	0.825	97.2	1.111
OUTUBRO	89.2	86.9	0.974	77.7	0.871	96.2	1.077
NOVEMBRO	87.3	85.4	0.979	72.4	0.829	96.8	1.109
DEZEMBRO	81.1	81.8	1.009	64.0	0.789	95.1	1.173
1982							
JANEIRO	80.4	80.9	1.006	63.2	0.786	94.2	1.172
FEVEREIRO	81.8	80.0	0.978	66.5	0.812	90.9	1.111
MARCO	91.9	88.9	0.967	79.6	0.866	100.7	1.096
ABRIL	86.9	86.3	0.993	72.3	0.832	93.4	1.075
MAIO	89.8	90.1	1.003	73.7	0.821	96.4	1.074
JUNHO	89.1	88.5	0.993	78.0	0.875	94.9	1.065
JULHO	90.7	89.3	0.985	78.2	0.863	93.5	1.031
AGOSTO	91.5	90.3	0.987	82.7	0.904	93.7	1.024
SETEMBRO	88.0	86.6	0.984	80.9	0.920	92.6	1.055
OUTUBRO	87.6	87.2	0.995	81.4	0.929	93.7	1.070
NOVEMBRO	85.3	85.1	0.997	79.3	0.929	91.6	1.074
DEZEMBRO	79.9	77.6	0.972	71.3	0.893	90.9	1.130

FONTE : Indices Conjunturais da FIESP.
 (Resultados preliminares)

TABELA II.11

INDICE DE HORAS TRABALHADAS NA PRODUCAO, AGREGADO E POR GENEROS INDUSTRIAIS (INDICE E RELACAO COM AGREGADO)
 REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO (JAN. 1990 - MAIO 1991)

(DEZ.1989 = 100)

MES	METALURGICA			MAT. TRANSPORTES		ALIMENTACAO	
	AGREGADO	INDICE	REL. AGREG.	INDICE	REL. AGREG.	INDICE	REL. AGREG.
1990							
JANEIRO	99.8	98.4	0.986	103.6	1.038	98.7	0.989
FEVEREIRO	96.0	95.6	0.996	99.5	1.036	93.9	0.978
MARCO	101.5	102.6	1.010	105.5	1.040	98.0	0.965
ABRIL	83.5	93.5	1.119	64.3	0.770	87.9	1.052
MAIO	91.5	95.7	1.047	80.8	0.883	97.1	1.061
JUNHO	91.5	91.1	0.997	75.5	0.825	97.8	1.069
JULHO	93.6	96.2	1.028	82.3	0.830	100.9	1.079
AGOSTO	97.2	99.8	1.027	93.0	0.957	101.2	1.042
SETEMBRO	92.3	95.3	1.033	84.9	0.920	98.9	1.072
OUTUBRO	95.9	99.4	1.036	89.1	0.929	101.9	1.062
NOVEMBRO	90.9	96.6	1.063	85.0	0.936	99.4	1.094
DEZEMBRO	81.4	90.5	1.112	72.2	0.837	94.1	1.156
1991							
JANEIRO	81.0	87.2	1.076	75.0	0.926	96.7	1.193
FEVEREIRO	77.6	85.6	1.103	71.0	0.914	91.8	1.182
MARCO	81.2	89.8	1.105	72.0	0.887	98.1	1.208
ABRIL	82.9	91.9	1.108	70.1	0.845	101.5	1.223
MAIO	83.3	91.1	1.094	73.1	0.877	102.4	1.228

FORTE : Indices Conjunturais da FIESP.
 (Resultados preliminares)

TABELA II.12

RELACAO HORAS TRABALHADAS / PESSOAL OCUPADO, AGREGADO E POR GENEROS INDUSTRIAIS (RELACAO DO GENERO E RELACAO COM AGREGADO)
 REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO (JAN. 1981 - DEZ. 1982)

MES	AGREGADO	METALURGICA		MAT. TRANSPORTES		ALIMENTACAO	
		RELACAO	REL. AGREG.	RELACAO	REL. AGREG.	RELACAO	REL. AGREG.
1981							
JANEIRO	0.9865	1.0050	1.019	0.9864	1.000	1.0204	1.034
FEVEREIRO	0.9931	0.9908	0.998	1.0157	1.026	0.9894	0.996
MARCO	1.0086	1.0153	1.007	0.9984	0.990	1.0247	1.016
ABRIL	0.9786	0.9872	1.009	0.9357	0.956	1.0322	1.055
MAIO	1.0067	1.0360	1.029	0.9999	0.993	0.9964	0.990
JUNHO	0.9975	1.0033	1.006	1.0052	1.008	0.9736	0.976
JULHO	1.0204	1.0415	1.021	0.9607	0.942	0.9823	0.963
AGOSTO	0.9995	0.9980	0.999	0.9529	0.953	0.9989	0.999
SETEMBRO	0.9753	0.9749	1.000	0.8999	0.923	0.9937	1.019
OUTUBRO	1.0005	0.9979	0.997	0.9869	0.967	0.9845	0.984
NOVEMBRO	0.9853	0.9856	1.000	0.9429	0.957	0.9829	0.996
DEZEMBRO	0.9232	0.9508	1.030	0.8383	0.903	0.9694	1.050
1982							
JANEIRO	0.9132	0.9407	1.030	0.8315	0.911	0.9547	1.046
FEVEREIRO	0.9252	0.9249	1.000	0.8729	0.944	0.9099	0.984
MARCO	1.0318	1.0262	0.995	1.0425	1.010	0.9928	0.962
ABRIL	0.9747	0.9975	1.023	0.9343	0.959	0.9367	0.961
MAIO	0.9999	1.0394	1.040	0.9345	0.935	0.9677	0.968
JUNHO	0.9890	1.0186	1.030	0.9776	0.988	0.9535	0.964
JULHO	1.0078	1.0338	1.026	0.9736	0.966	0.9440	0.937
AGOSTO	1.0209	1.0492	1.028	1.0177	0.997	0.9561	0.937
SETEMBRO	0.9870	1.0071	1.020	0.9878	1.001	0.9488	0.961
OUTUBRO	0.9919	1.0212	1.030	0.9923	1.000	0.9543	0.962
NOVEMBRO	0.9751	1.0084	1.034	0.9726	0.998	0.9266	0.950
DEZEMBRO	0.9263	0.9364	1.011	0.8754	0.945	0.9431	1.018

FORNTE : Indices Conjunturais da FIESP.
 (Resultados preliminares)

TABELA II.13

RELACAO HORAS TRABALHADAS / PESSOAL OCUPADO, AGREGADO E POR GENEROS INDUSTRIAIS (RELACAO DO GENERO E RELACAO COM AGREGADO
 REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO (JAN. 1990 - MAIO 1991)

MES	AGREGADO	METALURGICA		MAT. TRANSPORTES		ALIMENTACAO	
		RELACAO	REL. AGREG.	RELACAO	REL. AGREG.	RELACAO	REL. AGREG.
1990							
JANEIRO	0.9885	0.9427	0.954	1.0056	1.017	0.8674	0.877
FEVEREIRO	0.9533	0.9179	0.963	0.9671	1.014	0.8368	0.878
MARCO	1.0177	0.9901	0.973	1.0343	1.016	0.8876	0.872
ABRIL	0.8535	0.9160	1.073	0.6389	0.749	0.8041	0.942
MAIO	0.9491	0.9588	1.010	0.8126	0.856	0.8903	0.938
JUNHO	0.9557	0.9241	0.967	0.7656	0.801	0.8921	0.933
JULHO	0.9777	0.9809	1.003	0.8365	0.856	0.9152	0.936
AGOSTO	1.0135	1.0199	1.006	0.9442	0.932	0.9195	0.907
SETEMBRO	0.9584	0.9682	1.010	0.8466	0.883	0.9031	0.942
OUTUBRO	0.9969	1.0135	1.017	0.8863	0.889	0.9317	0.935
NOVEMBRO	0.9578	1.0006	1.045	0.8529	0.890	0.9142	0.954
DEZEMBRO	0.8774	0.9577	1.092	0.7344	0.837	0.8686	0.992
1991							
JANEIRO	0.8939	0.9459	1.058	0.7905	0.884	0.9010	1.008
FEVEREIRO	0.8679	0.9451	1.089	0.7683	0.885	0.8577	0.988
MARCO	0.9160	1.0021	1.094	0.7938	0.867	0.9116	0.995
ABRIL	0.9353	1.0294	1.101	0.7803	0.834	0.9354	1.022
MAIO	0.9388	1.0199	1.086	0.8152	0.868	0.9422	1.004

FORTE : Indices Conjunturais da FIESP.
 (Resultados preliminares)

a queda na produção foi sempre mais acentuada que a do nível de emprego. Tal fato é mais evidente nos três primeiros semestres de 1981: enquanto a relação horas trabalhadas/pessoal ocupado permanecia estável no setor industrial como um todo, o nível da produção(42) (abstraindo-se a oscilações ocasionais) apresentava uma queda mais acentuada que aquela constatada no nível de emprego (que, diga-se de passagem, também foi superior ao agregado industrial) (Tabela II.12).

Mais uma vez, os dados da pesquisa de CHAHAD e LUQUE confirmam nossas conclusões. No período 1980-1983, enquanto a indústria como um todo apresentava uma queda no nível de emprego de -19,72%, o setor de material de transportes demitia 24,85% de seus empregados. Mas enquanto a produção declinava em -15,69% para a indústria em geral, a mesma reduziria em -34,78% para o setor de material de transportes. Ou seja, os dados da FIBGE também permitem concluir que, para esse segmento, houve claramente uma redução da jornada média de trabalho, fato não constatado para a indústria como um todo. O mesmo ocorre entre 1987 e 1990: a indústria em geral reduz o seu nível de emprego em -7,52% e a produção em -9,30%; já o material de transportes apresenta quedas respectivamente de -4,07% e -10,86%,

(42) Aqui cabe uma explicação conceitual. Dentro de um determinado gênero industrial, no curto prazo (portanto abstraindo-se os ganhos de produtividade), pode-se relacionar o total de horas trabalhadas com o nível da produção. O mesmo não se pode dizer com o agregado industrial: aqui, as variações nas horas trabalhadas em gêneros com diferentes produtividade de mão-de-obra produzem alterações dessemelhantes no nível do produto.

resultando numa queda da jornada de trabalho indubitavelmente mais acentuada do que a da indústria como um todo.

Possivelmente este movimento tem relação, por um lado, com a elevada organização sindical desse setor, resultando em uma maior resistência ao processo de demissões; por outro lado, com o afastamento em maior grau dos "horistas" em relação aos "mensalistas", fato que diminuiu o número de horas trabalhadas mais acentuadamente do que o pessoal efetivamente ocupado.

Finalmente, a análise do setor alimentação permite outras conclusões. Por um lado, os dados apresentados demonstram a resistência desse segmento à queda do nível de emprego, principalmente em 1981-1982, mas também em 1990-1991. Quanto ao total de horas trabalhadas, as observações são diferentes. Em 1981-1982, há de fato uma queda nesse índice (embora menos acentuada do que aquela verificada no agregado industrial), após uma ligeira elevação no início de 1981. Nesse sentido, houve uma redução da jornada média de trabalho. Já em 1990-1991, não se constata a existência desse ajuste. Pelo contrário: abstraindo-se a queda acentuada de janeiro-fevereiro de 1990, há uma estabilidade no índice de total de horas trabalhadas. Acrescente-se a isto a redução (embora pequena) no nível de emprego em 1990-1991 nesse setor, e pode-se concluir que há uma tendência à

intensificação da jornada média de trabalho na recessão atual(43).

(43) Como já afirmado acima, deve-se abstrair o movimento atípico do primeiro trimestre de 1990.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir acerca dos movimentos do mercado de trabalho na Indústria de Transformação da Região Metropolitana de São Paulo é tarefa de fundamental importância. É verdade que, por um lado, houve uma tendência na década de 1970, intensificada no decênio posterior, de perda de espaço (econômico e populacional) da capital paulista para o seu entorno e para o interior do Estado, manifestando-se através de quedas sistemáticas das taxas de crescimento da PEA e da produção industrial. Entretanto, também é verdade que, por outro lado, esta mesma tendência acabou por consolidar a Região Metropolitana de São Paulo como o principal centro econômico, comercial e cultural do Estado, e, conseqüentemente, do País.

Foi possível constatar, em primeiro lugar, que os índices de emprego formal para a Região Metropolitana de São Paulo respondem de forma inequívoca às flutuações do produto. Nesse sentido, são nítidos os movimentos de: i) queda absoluta no nível de emprego formal durante a recessão de 1981-1983; ii) recuperação do mesmo entre 1984 e 1986, quando há reaquecimento conjuntural da economia; iii) estabilidade ao final do decênio de 1980, como resultado da estagnação econômica no período inflacionário e de especulação financeira; e iv) nova retração do pessoal ocupado no momento da aplicação da política econômica

recessiva do Governo Collor. Ainda nesse movimento, vale ressaltar a nítida sensibilidade do emprego industrial à conjuntura econômica: em períodos recessivos, que aqui nos interessa, o nível de pessoal ocupado na Indústria de Transformação reduz-se mais acentuadamente que aquele verificado para os outros setores.

Em segundo lugar, o movimento do mercado de trabalho no setor industrial metropolitano de São Paulo durante os anos de 1981-1982 seguiu trajetória interessante. Até o mês de outubro de 1981, os índices de pessoal ocupado e total de horas trabalhadas reduziram-se basicamente na mesma proporção, pouco alterando a jornada média de trabalho. Entretanto, de outubro a maio, há um primeiro movimento de ajuste à recessão via horas trabalhadas, causando queda da jornada média de trabalho; e um segundo movimento de recuperação dessa última no início de 1982, pois, apesar da estabilidade do índice de pessoal ocupado, há uma elevação significativa do índice de horas trabalhadas.

Dentre os diversos segmentos industriais, destaca-se a metalúrgica pela fidelidade com que acompanha o movimento do agregado. O setor de material de transportes vai sofrer ainda com maior intensidade os efeitos perversos da recessão, não somente quanto ao nível de emprego, mas principalmente na redução de sua produção, refletindo-se em

uma retração da jornada média de trabalho ainda mais acentuada que a do agregado. Por fim, o setor alimentação, ao resistir à queda do índice de pessoal ocupado, optará nitidamente pelo ajuste via redução da jornada.

Finalmente, o mercado de trabalho industrial na Grande São Paulo em 1990-1991 apresenta-se de forma diferente. O índice de pessoal ocupado sofre uma redução inicial, mais tarde uma estabilidade até o mês de outubro, nova queda até o início de 1991, seguida de mais uma estabilidade. Porém, o ajuste à recessão deu-se, dessa vez, de forma muito mais nítida por meio do total de horas trabalhadas: nos momentos de queda do nível de emprego, aquele índice reduzia-se em maior proporção; e, nos momentos de estabilidade, recuperava-se acentuadamente. O resultado é a constatação de movimentos sucessivos de diminuição e elevação da jornada média de trabalho.

Na recessão atual, os gêneros industriais escolhidos reagem de forma semelhante à anterior, com exceção do setor alimentação. Este último também aqui reduz o seu nível de emprego, pois a profundidade da recessão e a queda do nível dos salários foram tamanhas que atingiram o setor de bens de consumo não-duráveis.

BIBLIOGRAFIA

- BALTAR, Paulo E.A. e GUIMARÃES NETO, Leonardo. Mercado de Trabalho e Crise: Notas para uma Abordagem. Campinas, ANFEC-FNPE, 1987.
- BELLUZZO, Luiz G.M. e MELLO, João M.C. "Reflexões sobre a Crise Atual", em Desenvolvimento Capitalista no Brasil, São Paulo, 1a. ed., Brasiliense, vol. 1, 1982.
- BELLUZZO, Luiz G.M. e MELLO, João M.C. "Introdução", em: Fórum da Gazeta Mercantil: Brasil x FMI, São Paulo, Gazeta Mercantil, 1984.
- CANO, Wilson e PACHECO, Carlos A. Cenários Demográficos para as Décadas de 1980 e 1990: Implicações Econômicas para as Projeções Populacionais do Estado de São Paulo, Campinas, 1990, mimeo.
- CANO, Wilson e SEMEGHINI, Ulysses C. "Diagnóstico do Setor Serviços - Documento Básico", em: Diagnóstico do Setor Serviços, Campinas, 1990, mimeo.
- CANO, Wilson, SEMEGHINI, Ulysses C. e ARAÚJO, Aida R.F. "Análise Regional do Setor Serviços no Estado de São

Paulo", em: Diagnóstico do Setor Serviços, Campinas, 1990, mimeo.

DEDECCA, Cláudio S. Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho Urbano: Uma Abordagem da Região Metropolitana de São Paulo. Tese de Doutorado, Campinas, 1990.

DEDECCA, Cláudio S. e PACHECO, Carlos A. Emprego e Crise: Uma Avaliação das Transformações na Estrutura Ocupacional do Estado de São Paulo durante a Década de 1980, Campinas, 1990, mimeo.

FERREIRA, Sinésio P. "A Evolução do Emprego", em: São Paulo em Perspectiva, 4(3/4), jul/dez 1990.

FERREIRA, Sinésio P. A Evolução do Emprego na Grande São Paulo - 1985-1989. Campinas, 1990, mimeo.

GAZETA MERCANTIL, 09 a 11 de novembro de 1991, p. 9.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. "O Mercado de Trabalho na Década Perdida", em: São Paulo em Perspectiva, 4(3/4), jul/dez 1990.

MACEDO, Bernardo G. "O Mercado de Trabalho em 1990: Recessão e Arrocho Salarial", em Retrospectiva - 1990, CECOM/IE (mimeo), Campinas, 1991.

- NEGRI, Barjas. A Indústria de Transformação do Estado de São Paulo: 1970-1989. Campinas, 1990, mimeo.
- OLIVEIRA, Fabrício A. "A Política Econômica da Recessão", em: Retrospectiva - 1990, CECON/IE (mimeo), Campinas, 1991.
- SERRA, José. "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra", em: BELLUZZO, Luis G.M. e COUTINHO, R. Desenvolvimento Capitalista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1a ed., 1982, vol. 1.
- TAVARES, M.C. "Problemas de Industrialización Avanzada en Capitalismos Tardios y Perifericos", em: Políticas para el Desarrollo Latinoamericano, México, CECODE, 1981.

APÊNDICE**ÍNDICES CONJUNTURAIS DA FIESP**

- índices de Pessoal Ocupado por Gêneros Industriais:

. Janeiro/1980 a Dezembro/1983 (Dez/1980 = 100)

. Janeiro/1990 a Maio/1991 (Dez/1989 = 100)

- índices de Total de Horas Trabalhadas na Produção por Gêneros Industriais:

. Janeiro/1980 a Dezembro/1983 (Dez/1980 = 100)

. Janeiro/1990 a Maio/1991 (Dez/1989 = 100)

INDICE DE PESSOAL OCUPADO, POR GENEROS INDUSTRIAIS
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO (DEZ. 1980 = 100)

GENEROS INDUSTRIAIS	1980											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
MINERAIS NAO-METALICOS	99,1	99,0	100,2	100,3	100,7	101,1	101,3	100,7	100,3	100,4	100,4	100,0
CERAMICA	98,6	98,3	99,5	100,4	100,8	101,7	101,4	99,7	99,4	100,2	100,1	100,0
METALURGICA	97,9	98,7	99,2	100,4	101,3	101,4	102,0	101,3	101,4	101,3	100,6	100,0
SIDERURGIA	96,3	96,7	96,8	98,4	98,7	98,2	99,0	99,4	0,2	100,0	100,2	100,0
METALURGIA	98,5	99,2	99,2	100,5	101,4	101,6	100,9	100,2	100,5	101,0	101,0	100,0
MECANICA	97,4	98,6	99,6	99,8	100,4	101,0	101,5	101,2	101,2	101,1	100,9	100,0
MATERIAL ELET. E DE COMUNIC.	96,5	97,3	98,4	98,9	99,7	100,6	101,5	101,7	101,6	100,7	100,8	100,0
MATERIAL DE TRANSPORTES	95,0	94,9	96,5	97,3	99,0	99,6	99,6	99,5	100,3	100,5	100,6	100,0
AUTOMOTIVA	95,0	94,6	96,1	96,9	99,4	99,6	99,1	98,9	100,0	100,5	100,4	100,0
AUTOPECAS	98,4	98,3	100,2	100,4	100,9	101,6	101,8	101,0	100,7	100,7	100,7	100,0
MOBILIARIO	103,4	101,9	102,0	103,1	103,2	104,2	103,5	103,3	103,0	101,8	101,0	100,0
PAPEL E PAPELAD	97,1	97,3	98,3	98,7	98,9	99,2	99,4	99,3	99,6	99,8	100,3	100,0
QUIMICA	96,6	97,3	97,6	97,9	98,6	98,7	99,1	99,5	99,8	99,8	100,2	100,0
PETROQUIMICA	107,0	98,4	98,1	98,0	98,8	98,3	98,6	99,3	99,4	99,1	99,7	100,0
FERTILIZANTES	93,0	93,9	94,3	94,7	98,3	97,9	98,5	99,4	99,4	100,4	101,0	100,0
PROD. MAT. PLASTICO	101,9	102,3	104,0	103,7	103,4	104,5	103,5	103,3	104,5	103,6	102,4	100,0
TEXTIL	98,8	98,9	100,3	100,6	101,3	101,3	101,7	101,8	101,7	101,3	101,3	100,0
ALIMENTACAO	99,5	101,5	102,5	101,7	102,8	102,0	102,1	100,9	101,4	100,7	101,0	100,0
AGREGADO (via ponderacao de generos industriais)	98,1	98,6	99,6	100,0	100,8	101,1	101,3	101,0	101,2	101,8	100,8	100,0

FONTE : Indices Conjunturais da FIESP
(Resultados preliminares)

INDICE DE PESSOAL OCUPADO, POR GENEROS INDUSTRIAIS
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO (DEZ. 1980 = 100)

(cont.)

GENEROS INDUSTRIAIS	1981											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
MINERAIS NAO-METALICOS	100,7	100,1	99,3	97,0	94,8	92,5	90,4	89,1	88,7	88,4	89,1	88,8
CERAMICA	101,0	99,5	99,2	99,1	98,4	96,1	95,3	91,5	91,0	90,5	90,6	90,0
METALURGICA	100,0	99,0	98,0	96,7	95,0	94,0	92,4	90,4	88,1	87,1	86,7	86,1
SIDERURGIA	100,2	99,4	99,3	98,5	96,7	95,5	93,9	92,6	91,6	91,2	90,6	90,1
METALURGIA	100,7	100,4	101,4	98,9	97,7	97,5	96,4	93,2	92,5	93,1	93,2	92,2
MECANICA	99,4	100,6	100,3	99,6	99,1	98,5	97,3	94,8	92,9	91,3	89,9	88,7
MATERIAL ELET. E DE COMUNIC.	100,2	99,0	97,9	96,2	95,4	93,6	92,3	91,3	89,1	88,1	87,0	85,6
MATERIAL DE TRANSPORTES	97,3	95,2	93,6	92,4	91,4	90,3	88,9	81,9	80,2	78,7	76,7	76,3
AUTOMOTIVA	95,7	93,1	91,6	91,6	91,5	89,9	88,6	79,9	79,1	78,3	77,7	77,5
AUTOPECAS	100,4	98,6	97,1	94,6	92,1	90,7	88,5	82,6	79,8	77,4	74,9	74,5
MOBILIARIO	97,9	95,7	92,2	89,5	88,7	89,0	87,6	86,6	86,5	87,2	88,7	88,2
PAPEL E PAPELAO	99,2	99,0	99,0	97,7	96,2	95,3	94,2	92,7	91,7	93,3	93,4	92,8
QUIMICA	100,0	100,2	99,8	99,3	98,9	98,5	97,8	96,9	95,9	96,0	96,0	94,7
PETROQUIMICA	100,3	100,5	100,3	100,8	100,8	100,8	100,6	100,6	99,9	100,1	101,0	101,0
FERTILIZANTES	100,0	99,1	99,0	79,7	79,4	80,1	78,3	77,5	75,6	76,2	75,5	69,6
PROD. MAT. PLASTICO	100,5	99,7	96,7	93,9	91,9	91,6	91,6	91,9	91,7	89,7	87,5	85,2
TEXTIL	98,7	98,2	96,2	93,8	92,0	91,0	90,7	91,0	92,2	93,0	93,1	92,9
ALIMENTACAO	101,4	102,3	102,9	101,6	99,0	98,2	97,5	98,0	97,8	97,7	98,5	98,1
AGREGADO (via ponderacao de generos industriais)	99,4	98,9	97,8	96,3	94,9	93,8	92,7	90,8	89,7	89,2	88,6	87,9

FORTE : Indices Conjunturais da FIESP
(Resultados preliminares)

INDICE DE PESSOAL OCUPADO, POR GENEROS INDUSTRIAIS
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO (DEZ. 1980 = 100)

(em %)

GENEROS INDUSTRIAIS	1982											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
KINERAIIS NAO-METALICOS	88,3	87,7	87,6	87,4	86,8	86,9	86,2	85,9	85,9	85,0	84,9	83,8
CERAMICA	90,1	88,6	88,8	88,3	86,4	86,8	86,4	85,7	86,7	86,6	86,5	84,6
METALURGICA	86,0	86,5	86,6	86,5	86,7	86,9	86,4	86,1	86,0	85,3	84,4	82,9
SIDERURGIA	90,1	90,6	90,5	90,0	89,5	89,8	88,5	88,1	87,7	87,0	85,5	84,0
METALURGIA	92,2	92,9	92,9	94,3	95,8	96,2	96,1	96,1	97,0	97,6	97,3	97,0
MECANICA	88,2	88,4	88,6	88,4	88,1	87,2	86,2	85,4	84,4	82,5	81,4	80,0
MATERIAL ELET. E DE COMUNIC.	85,9	86,1	86,4	87,3	87,7	88,0	88,4	87,9	87,7	87,1	86,2	84,2
MATERIAL DE TRANSPORTES	76,0	76,1	76,4	77,3	78,9	79,8	80,4	81,2	81,9	82,0	81,5	81,5
AUTOMOTIVA	77,5	77,5	77,6	78,9	80,0	80,3	80,7	81,5	82,4	82,6	81,8	81,8
AUTOPECAS	74,2	74,3	75,2	76,0	77,8	79,0	79,9	81,1	81,7	81,9	81,7	81,9
MOBILIARIO	88,8	89,2	91,3	91,9	93,7	92,9	92,2	89,1	88,5	87,0	86,6	85,9
PAPEL E PAPELAO	92,8	93,1	93,3	93,2	92,9	92,9	93,2	93,2	92,5	91,7	91,0	90,0
QUINICA	95,0	94,9	94,8	94,5	96,1	96,3	96,1	96,2	95,6	95,5	94,7	93,9
PETROQUIMICA	102,5	102,1	102,1	101,0	101,2	102,5	103,7	104,6	105,5	105,3	105,8	106,0
FERTILIZANTES	70,1	70,0	70,1	70,1	73,2	73,0	72,2	73,4	73,6	73,4	72,2	70,0
PROD. MAT. PLASTICO	86,1	85,9	87,1	86,9	87,9	88,6	89,2	89,0	88,1	87,3	86,9	83,7
TEXTIL	93,9	94,5	96,1	96,5	98,1	99,4	99,9	99,9	98,3	96,9	95,7	93,8
ALIMENTACAO	98,7	99,9	101,4	99,7	99,6	99,5	99,0	98,0	97,8	98,2	98,9	96,4
AGREGADO (via ponderacao de generos industriais)	88,0	88,4	89,1	89,2	89,8	90,1	90,0	89,6	89,2	88,3	87,5	86,3

FONTE : Indices Conjunturais da FIESP
(Resultados preliminares)

INDICE DE PESSOAL OCUPADO, POR GENEROS INDUSTRIAIS
 REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO (DEZ. 1980 = 100)

GENEROS INDUSTRIAIS	1983											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
KINERAIS NAO-METALICOS	82,8	81,4	80,5	79,5	79,2	77,8	76,6	74,6	71,8	71,0	70,5	70,6
CERAMICA	81,8	77,8	77,5	76,4	78,1	77,4	76,1	73,8	71,0	70,8	70,5	70,2
METALURGICA	81,2	79,7	79,2	79,5	79,5	79,2	79,0	78,9	78,4	78,2	77,7	77,8
SIDERURGIA	81,7	81,4	80,8	81,1	81,2	81,0	81,2	81,7	81,5	81,7	81,5	81,9
METALURGIA	96,1	95,0	94,5	95,1	94,6	95,1	95,4	95,8	95,4	95,6	95,4	95,1
MECANICA	77,8	77,0	75,5	74,0	73,8	72,6	72,3	71,8	71,7	72,1	70,8	70,5
MATERIAL ELET. E DE COMUNIC.	83,0	81,9	81,2	80,7	80,5	80,1	78,7	77,6	76,1	75,4	75,1	74,4
MATERIAL DE TRANSPORTES	79,3	78,5	78,6	79,0	79,2	79,4	79,8	78,7	78,0	77,9	77,7	77,6
AUTOMOTIVA	79,3	79,2	79,7	80,2	80,5	80,7	81,1	79,3	78,4	78,3	78,1	77,8
AUTOPECAS	80,4	79,2	79,0	79,0	79,1	79,5	79,7	79,5	79,3	79,3	79,6	79,9
MOBILIARIO	82,7	81,2	80,5	79,9	80,1	79,6	78,6	78,1	77,7	77,9	77,9	76,0
PAPEL E PAPELAD	89,7	89,0	88,9	89,1	88,7	88,8	88,3	88,1	88,3	88,2	87,7	89,6
QUIMICA	92,2	91,9	90,8	89,9	89,7	89,4	89,4	89,3	89,2	88,7	88,9	88,6
PETROQUIMICA	105,8	105,2	105,0	104,8	105,1	105,2	105,0	105,8	105,6	105,8	106,7	107,1
FERTILIZANTES	67,8	65,1	62,5	60,7	59,6	58,6	59,7	61,7	62,1	63,3	63,2	62,0
PROD. MAT. PLASTICO	83,0	81,4	80,7	79,6	80,2	79,6	78,3	78,1	77,4	75,1	71,7	70,1
TEXTIL	91,8	90,3	89,6	88,5	87,8	87,8	87,2	86,8	85,9	85,9	85,0	83,5
ALIMENTACAO	96,5	97,3	98,1	97,5	98,2	97,9	97,9	98,3	97,2	97,8	98,2	99,0
AGREGADO (via ponderacao de generos industriais)	84,8	83,7	83,3	82,7	82,6	82,2	81,9	81,3	80,5	80,3	79,8	79,5

FORTE : Indices Conjunturais da FIESP
 (Resultados preliminares)

INDICE DE PESSOAL OCUPADO, POR GENEROS INDUSTRIAIS
 REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO (DEZ. 1989 = 100)

GENEROS INDUSTRIAIS	1990											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
MINERAIS NAO-METALICOS	99.9	100.1	100.0	97.1	94.9	92.4	91.5	91.4	91.4	91.2	90.0	87.6
CERAMICA	98.7	98.8	98.3	94.4	92.1	82.2	80.2	79.7	79.3	78.8	75.9	70.9
METALURGICA	100.1	99.9	99.3	97.9	95.7	94.6	94.0	93.8	94.4	94.0	92.6	90.6
SIDERURGIA	100.9	100.5	101.8	101.3	98.7	93.5	91.8	89.8	89.3	89.2	88.4	86.4
METALURGIA	99.3	99.0	98.2	95.3	89.7	91.9	91.5	90.9	91.2	90.8	88.0	86.3
MECANICA	100.0	99.8	99.3	98.2	96.6	95.2	95.0	95.1	95.3	95.1	93.4	91.1
MATERIAL ELET. E DE COMUNIC.	100.7	100.5	100.0	97.4	95.5	93.8	94.1	94.4	94.8	94.6	93.2	90.3
MATERIAL DE TRANSPORTES	99.7	99.6	98.8	97.5	96.2	95.5	95.3	95.4	97.1	97.3	96.5	95.2
AUTOMOTIVA	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
AUTOPECAS	100.5	101.1	100.5	97.5	94.9	93.8	93.5	93.3	95.9	95.8	94.9	92.1
MOBILIARIO	99.6	99.1	97.5	95.1	94.8	95.4	95.7	95.5	96.4	96.3	93.8	89.9
PAPEL E PAPELAD	100.0	100.3	99.9	99.1	98.4	97.8	97.6	97.7	97.5	97.5	96.2	94.4
QUIMICA	100.5	100.6	100.3	98.8	97.0	96.0	96.3	96.1	95.8	96.1	95.0	93.6
PETROQUIMICA	100.5	100.3	100.1	99.9	97.4	98.7	97.7	96.8	96.6	96.4	96.3	94.9
FERTILIZANTES	99.9	98.9	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
PROD. MAT. PLASTICO	99.7	98.8	97.6	96.3	92.2	92.9	96.4	99.0	98.8	99.6	99.2	94.1
TEXTIL	99.1	98.4	96.5	94.0	92.4	91.8	93.7	94.2	94.6	95.0	92.4	90.0
ALIMENTACAO	99.7	98.3	96.7	95.8	95.5	96.0	96.6	96.4	95.9	95.8	95.2	94.9
AGREGADO (via ponderacao de generos industriais)	99.9	99.6	98.7	96.8	95.4	94.7	94.7	94.9	95.3	95.2	93.9	91.8

FONTES : Indices Conjunturais da FIESP
 (Resultados preliminares)

OBS.: (*) Informacoes primarias disponiveis insuficientes

INDICE DE PESSOAL OCUPADO, POR GENEROS INDUSTRIAIS
 REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO (DEZ. 1989 = 100)

(cont.)

GENEROS INDUSTRIAIS	1991				
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI
MINERAIS NAO-METALICOS	85.4	83.9	83.7	84.6	84.8
CERAMICA	66.4	59.9	61.4	62.5	(**)
METALURGICA	88.4	86.9	85.9	85.6	85.7
SIDERURGIA	83.3	81.9	81.0	79.6	(**)
METALURGIA	91.0	89.2	88.9	91.1	(**)
MECANICA	89.0	88.1	87.4	86.4	85.9
MATERIAL ELET. E DE COMUNIC.	88.1	86.1	84.8	83.7	83.8
MATERIAL DE TRANSPORTES	91.9	89.4	87.8	87.0	86.8
AUTOMOTIVA	(*)	(*)	(*)	(*)	(**)
AUTOPECAS	87.9	86.6	86.0	84.0	(**)
MOBILIARIO	87.1	85.0	84.0	84.4	84.5
PAPEL E PAPELAO	92.8	92.3	91.3	91.0	91.4
QUIMICA	92.3	91.5	90.5	90.1	89.9
PETROQUIMICA	92.0	91.0	89.9	88.6	(**)
FERTILIZANTES	(*)	(*)	(*)	(*)	(**)
PROD. MAT. PLASTICO	91.4	90.3	89.9	91.2	93.0
TEXTIL	88.0	87.2	86.9	88.4	88.8
ALIMENTACAO	94.0	93.7	94.2	95.0	95.2
AGREGADO (via ponderacao de generos industriais)	89.7	88.5	87.7	87.7	87.8

FONTE : Indices Conjunturais da FIESP
 (Resultados preliminares)

OBS.: (*) Informacoes primarias disponiveis insuficientes

(**) Informacoes ainda nao publicadas quando da tabulacao dos dados

INDICE DE HORAS TRABALHADAS NA PRODUÇÃO, POR GÊNEROS INDUSTRIAIS
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (DEZ. 1980 = 100)

GÊNEROS INDUSTRIAIS	1980											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	92,7	94,0	96,4	95,2	99,3	98,7	102,0	98,9	98,6	101,6	96,6	100,0
CERÂMICA	103,6	109,2	103,7	101,7	103,6	103,1	107,9	103,3	103,7	106,1	100,8	100,0
METALÚRGICA	103,9	106,2	109,7	104,0	112,7	108,8	112,2	110,6	109,7	112,5	106,7	100,0
SIDERÚRGICA	115,7	106,3	109,4	103,8	107,2	103,5	106,6	106,4	105,5	108,3	110,2	100,0
METALÚRGICA	105,4	103,6	109,3	108,2	114,8	110,7	110,9	109,6	105,2	110,4	107,4	100,0
MECÂNICA	94,8	105,4	110,5	106,2	111,1	110,7	117,5	113,8	115,2	120,5	111,7	100,0
MATERIAL ELET. E DE COMUNIC.	101,0	102,2	112,6	104,4	112,0	110,8	119,4	117,7	117,5	120,2	112,3	100,0
MATERIAL DE TRANSPORTES	104,6	98,2	103,1	69,3	103,8	105,2	105,6	107,7	112,0	114,7	105,7	100,0
AUTOMOTIVA	110,2	93,8	104,5	39,2	104,3	107,9	101,9	105,4	113,0	114,7	105,0	100,0
AUTOPÊÇAS	105,0	103,3	106,6	90,7	104,7	104,8	115,2	113,6	112,4	116,3	107,9	100,0
MOBILIÁRIO	106,6	102,3	107,3	105,5	109,4	104,9	110,2	111,1	112,3	117,2	104,9	100,0
PAPEL E PAPELÃO	103,5	100,0	105,2	104,0	104,2	101,6	102,9	106,0	103,5	102,7	100,8	100,0
QUÍMICA	99,1	95,6	99,1	99,1	103,3	102,6	103,6	102,4	103,0	106,2	102,7	100,0
PETROQUÍMICA	136,0	107,2	104,6	105,5	109,0	101,9	102,8	101,2	103,1	105,0	103,6	100,0
FERTILIZANTES	79,0	79,8	85,9	92,1	112,3	114,7	118,1	119,1	114,7	121,9	111,6	100,0
PROD. MAT. PLÁSTICO	104,1	106,6	109,9	107,8	111,7	111,1	113,9	113,3	115,4	115,4	107,4	100,0
TEXTIL	101,4	97,0	101,2	99,4	105,1	101,4	104,2	105,8	102,7	104,5	99,9	100,0
ALIMENTAÇÃO	105,9	101,3	102,9	106,6	109,3	105,2	105,8	104,8	103,7	104,3	101,4	100,0
AGREGADO (via ponderação de gêneros industriais)	101,3	100,9	106,0	98,0	107,9	106,0	109,5	108,9	109,0	111,7	105,1	100,0

FORTE : Índices Conjunturais da FIESP
(Resultados preliminares)

INDICE DE HORAS TRABALHADAS NA PRODUÇÃO, POR GÊNEROS INDUSTRIAIS
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (DEZ 1980 = 100)

(cont.)

GÊNEROS INDUSTRIAIS	1981											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
KÍNERAIS NÃO-METÁLICOS	97,3	94,4	93,5	92,1	95,9	90,5	90,3	86,7	84,7	86,5	84,7	80,8
CERÂMICA	97,2	92,8	95,9	89,8	90,7	86,4	86,7	81,3	79,9	81,2	78,9	79,6
METALÚRGICA	100,5	98,1	99,5	95,4	98,4	94,3	96,2	90,2	85,9	86,9	85,4	81,8
SIDERURGIA	98,9	98,8	103,5	100,2	103,2	96,2	98,0	93,3	90,1	91,2	85,1	87,9
METALURGIA	104,0	99,1	103,1	96,9	101,5	98,9	96,5	96,4	91,3	93,2	93,8	85,6
MECÂNICA	95,7	102,9	103,2	97,4	99,7	101,0	102,7	96,5	91,6	93,4	90,2	78,1
MATERIAL ELET. E DE COMUNIC.	95,2	102,9	103,0	100,7	100,4	97,6	100,6	95,8	90,6	89,3	87,9	78,0
MATERIAL DE TRANSPORTES	96,0	97,0	93,5	86,5	91,4	90,8	85,4	78,1	72,2	77,7	72,4	64,0
AUTOMOTIVA	92,0	94,3	87,6	81,2	88,4	87,7	78,0	70,7	66,5	76,1	70,5	61,4
AUTOPEÇAS	101,5	102,0	103,9	94,9	97,2	95,3	91,2	81,2	74,6	77,9	75,3	67,9
MÓBILIÁRIO	93,1	101,3	101,1	94,0	92,8	96,7	100,1	94,9	95,2	99,1	98,6	98,1
PAPEL E PAPELADO	99,3	92,5	98,1	94,7	93,9	89,4	91,9	86,6	87,0	90,7	86,0	86,0
QUÍMICA	100,0	93,6	97,9	96,0	98,1	95,1	92,6	94,2	91,8	93,4	92,2	89,4
PETROQUÍMICA	105,1	97,4	101,1	101,6	101,3	101,1	102,3	101,6	96,9	99,9	98,9	97,4
FERTILIZANTES	94,5	94,8	93,1	93,5	95,3	91,1	91,5	91,6	81,6	80,4	73,1	64,9
PROD. MAT. PLÁSTICO	93,1	90,1	89,5	83,7	84,2	83,6	86,1	86,6	85,3	87,6	84,2	75,5
TEXTIL	100,6	96,1	93,2	89,0	88,6	86,6	92,2	92,1	90,9	92,9	92,7	91,2
ALIMENTAÇÃO	103,5	101,2	105,4	104,9	98,7	95,6	95,8	97,9	97,2	96,2	96,6	95,1
AGREGADO (via ponderação de gêneros industriais)	98,1	98,2	98,6	94,2	95,5	93,6	94,6	90,3	87,5	89,2	87,3	81,1

FONTE Índices Conjunturais da FIESP
(Resultados preliminares)

INDICE DE HORAS TRABALHADAS NA PRODUÇÃO, POR GÊNEROS INDUSTRIAIS
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (DEZ. 1980 = 100)

(cont.)

GÊNEROS INDUSTRIAIS	1982											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	81,8	81,2	85,8	80,3	81,5	80,1	82,7	83,3	80,8	82,3	77,9	77,4
CERÂMICA	76,2	73,4	81,8	73,0	74,1	71,4	76,0	76,0	75,6	75,4	73,3	73,4
METALÚRGICA	80,9	80,0	82,9	86,3	90,1	88,5	89,3	90,3	86,6	87,2	85,1	77,6
SIDERÚRGICA	84,5	84,1	91,6	88,3	91,0	89,2	88,4	89,8	87,3	87,4	84,8	77,6
METALÚRGICA	70,1	68,8	97,1	97,3	103,7	100,7	102,6	104,4	101,2	103,3	101,2	91,8
MECÂNICA	80,7	80,6	101,6	98,4	101,2	96,6	98,3	99,0	93,0	89,1	86,3	82,4
MATERIAL ELET. E DE COMUNICAÇÃO	67,4	77,3	90,7	83,0	87,1	85,0	87,2	88,2	83,9	83,8	80,5	85,0
MATERIAL DE TRANSPORTES	63,2	66,5	79,6	72,3	73,7	78,0	76,2	82,7	80,9	81,4	79,5	71,3
AUTOMOTIVA	64,1	66,9	81,5	72,7	70,1	77,9	75,3	83,0	83,8	83,8	81,5	73,9
AUTOPÊÇAS	66,1	71,1	82,4	74,5	81,0	81,6	85,8	86,8	84,6	83,9	81,6	73,7
MOBILIÁRIO	97,9	93,2	109,3	101,2	107,0	104,1	112,6	112,1	106,4	104,9	104,8	103,5
PAPEL E PAPELÃO	87,8	83,0	90,3	88,4	90,7	89,3	88,7	86,3	81,2	87,3	83,8	80,4
QUÍMICA	87,6	82,5	89,4	84,7	90,6	89,2	89,4	90,6	88,3	89,4	87,9	85,2
PETROQUÍMICA	94,2	92,0	98,0	98,5	99,5	96,5	99,3	101,9	103,4	99,1	97,6	97,2
FERTILIZANTES	62,2	59,9	57,5	55,8	60,6	62,5	67,3	70,6	73,3	72,7	68,7	58,8
PROD. NAT. PLÁSTICO	75,8	77,5	86,9	81,1	83,9	84,9	85,8	88,0	84,8	82,5	82,2	75,0
TEXTIL	90,6	89,2	96,3	93,7	95,7	96,6	100,1	99,2	94,1	93,1	88,8	84,1
ALIMENTAÇÃO	94,2	90,9	100,7	93,4	96,4	94,9	93,5	93,7	92,8	93,7	91,6	90,9
AGREGADO (via ponderação de gêneros industriais)	80,4	81,8	91,9	86,9	89,6	89,1	90,7	91,5	88,0	87,6	85,3	78,9

FONTES: Índices Conjunturais da FIESP
(Resultados preliminares)

INDICE DE HORAS TRABALHADAS NA PRODUÇÃO, POR GÊNEROS INDUSTRIAIS
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (DEZ. 1980 = 100)

(cont.)

GÊNEROS INDUSTRIAIS	1980											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	73,2	69,4	73,3	69,7	73,1	70,7	66,8	67,4	61,6	62,3	61,1	61,9
CERÂMICA	64,0	59,2	65,2	60,1	64,1	62,0	56,7	57,4	55,9	55,2	54,3	56,5
METALÚRGICA	74,4	72,6	62,0	73,6	77,8	76,6	76,2	79,6	76,1	75,5	73,9	72,5
SIDERURGIA	76,8	73,4	51,5	71,6	75,7	75,1	72,6	75,8	74,3	73,7	72,4	73,0
METALÚRGIA	92,7	87,0	99,1	93,9	99,0	96,6	96,4	101,0	95,8	98,1	95,8	91,1
MECÂNICA	71,3	76,9	86,9	78,0	82,8	80,3	79,8	84,7	80,3	82,1	80,7	75,8
MATERIAL ELET. E DE COMUNIC.	62,6	70,1	81,3	71,7	81,3	77,2	74,5	76,0	71,7	71,6	71,1	69,9
MATERIAL DE TRANSPORTES	71,2	68,0	61,6	72,4	68,5	75,9	67,9	68,6	76,0	75,1	70,6	67,2
AUTOMOTIVA	74,6	70,1	64,9	70,4	77,9	72,6	61,1	77,6	72,4	70,0	62,8	63,7
AUTOPECAS	72,0	71,4	63,5	74,3	64,0	79,0	79,9	64,6	73,3	79,1	75,7	73,2
MOBILIÁRIO	96,3	98,5	103,2	96,8	98,4	96,5	95,1	99,9	93,2	93,8	92,9	88,5
PAPEL E PAPELÃO	81,8	75,2	82,3	78,8	82,8	79,8	82,3	82,1	79,7	79,2	80,5	83,9
QUÍMICA	81,2	77,2	83,5	79,8	82,8	81,1	79,4	82,4	78,3	80,1	79,9	78,5
PETROQUÍMICA	97,9	96,5	100,7	99,9	102,0	101,3	101,6	110,0	105,4	107,7	110,9	103,0
FERTILIZANTES	51,5	44,2	43,0	38,4	42,2	40,4	44,7	55,0	52,4	62,4	61,9	51,3
PROD. MAT. PLÁSTICO	71,6	72,5	76,1	72,3	73,9	72,6	68,7	72,3	66,9	63,7	61,7	57,9
TEXTIL	84,5	79,9	84,8	81,7	85,1	83,3	82,1	82,6	76,1	80,8	79,5	74,1
ALIMENTAÇÃO	85,6	83,3	90,7	88,1	93,0	90,7	91,2	93,8	90,0	92,6	90,4	91,5
AGREGADO (via ponderação de gêneros industriais)	76,0	74,9	83,7	77,3	82,5	79,9	77,9	82,0	77,2	77,9	76,2	73,5

FONTE: Índices Conjunturais da FIESP
(Resultados preliminares)

INDICE DE HORAS TRABALHADAS NA PRODUÇÃO, POR GÊNEROS INDUSTRIAIS
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (DEZ. 1989 = 100)

GÊNEROS INDUSTRIAIS	1990											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	102,1	96,3	102,4	88,0	90,2	85,9	87,2	90,6	86,4	88,5	84,3	79,6
CERÂMICA	100,2	95,0	102,3	83,9	85,8	75,1	77,7	82,3	73,4	73,2	61,5	60,0
METALÚRGICA	98,4	95,6	102,6	93,5	95,7	91,2	96,2	99,8	95,3	99,4	96,6	90,5
SIDERÚRGICA	99,4	98,1	102,5	107,7	120,5	92,5	103,5	102,1	91,7	100,2	96,0	96,4
METALÚRGICA	98,1	94,4	98,4	90,9	88,6	90,1	92,7	90,1	92,6	88,4	89,6	85,9
MECÂNICA	97,1	96,7	104,8	91,1	93,1	90,6	97,9	100,8	92,3	98,2	90,3	77,8
MATERIAL ELET. E DE COMUNIC.	101,8	98,0	106,1	96,5	95,3	93,9	97,0	102,0	96,9	100,8	97,0	87,1
MATERIAL DE TRANSPORTES	103,6	99,4	105,5	64,3	80,8	75,5	82,3	93,0	84,9	89,0	85,0	72,2
AUTOMOTIVA	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
AUTOPEÇAS	109,1	105,2	113,5	75,2	98,3	92,3	105,5	112,0	105,9	114,7	109,4	95,4
MOBILIÁRIO	102,3	98,0	99,9	91,3	95,3	93,7	100,8	102,2	96,0	97,9	92,2	78,5
PAPEL E PAPELÃO	98,2	95,3	99,1	93,3	100,1	97,3	100,0	101,1	97,5	99,5	96,7	91,1
QUÍMICA	100,4	95,9	98,9	94,1	96,7	94,7	97,9	100,1	98,8	99,8	96,6	93,1
PETROQUÍMICA	101,9	93,4	91,5	90,1	89,4	86,7	93,3	97,5	97,4	92,5	97,9	89,7
FERTILIZANTES	107,2	110,7	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
PROD. MAT. PLÁSTICO	104,3	107,0	100,4	84,6	86,7	86,7	92,9	97,3	95,5	104,5	99,9	84,0
TEXTIL	101,6	95,5	99,1	88,2	91,8	90,1	94,5	95,7	92,6	95,8	85,7	74,2
ALIMENTAÇÃO	98,7	93,9	98,0	87,9	97,0	97,8	100,9	101,2	98,9	101,8	99,4	94,1
AGREGADO (via ponderação de gêneros industriais)	99,8	96,0	101,5	83,5	91,5	91,5	93,6	97,2	92,3	95,9	90,8	81,4

FONTE : Índices Conjunturais da FIESP
(Resultados preliminares)

Obs. (*) Informações primárias disponíveis insuficientes

INDICE DE HORAS TRABALHADAS NA PRODUCAO, POR GENEROS INDUSTRIAIS
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO (DEZ. 1989 = 100)

(cont.)

GENEROS INDUSTRIAIS	1991				
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI
MINERAIS NAO-METALICOS	79,3	74,9	78,3	80,5	80,9
CERAMICA	54,3	51,0	52,4	56,4	(**)
METALURGICA	87,2	85,6	89,8	91,9	91,2
SIDERURGIA	97,7	100,4	91,6	91,7	(**)
METALURGIA	75,0	73,7	85,3	89,3	(**)
MECANICA	74,7	77,2	78,7	80,3	79,6
MATERIAL ELET. E DE COMUNIC.	85,4	79,8	86,6	89,2	88,2
MATERIAL DE TRANSPORTES	75,0	70,9	72,0	70,1	73,1
AUTOMOTIVA	(*)	(*)	(*)	(*)	(**)
AUTOPECAS	94,3	87,6	88,5	90,6	(**)
MOBILIARIO			73,8	73,9	71,4
PAPEL E PAPELAD			91,4	93,8	94,8
QUIMICA			87,5	87,7	87,5
PETROQUIMICA		9	84,3	86,5	(**)
FERTILIZANTES)	(*)	(*)	(**)
PROD. MAT. PLASTICO		81,2	82,8	89,2	88,8
TEXTIL	71,8	71,1	75,3	78,1	79,9
ALIMENTACAO	96,6	91,8	98,1	101,4	102,3
AGREGADO (via ponderacao de generos industriais)	81,1	77,6	81,3	82,9	83,3

FONTE : Indices Conjunturais da FIESP
(Resultados preliminares)

OBS. (*) Informacoes primarias disponiveis insuficientes

(**) Informacoes ainda nao publicadas quando da tabulacao dos dados